



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Hiris Cristina Ribeiro de Almeida

2º Ciclo de Estudos em História Contemporânea

Brasil e Portugal “Países Irmãos”

Relatos diplomáticos sobre a aproximação dos regimes nos anos 30.

2013

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Índice

I.	Introdução.....	5-8
II.	O surgimento do Estado novo português.....	9-18
III.	A revolução de 30 e as transformações do regime até o Estado Novo brasileiro.....	19-27
IV.	Aproximação dos regimes pelos diplomatas.....	28-50
	Considerações finais.....	51-53
	Anexos.....	54-75
	Fontes.....	76
	Bibliografia/Webografia.....	77-78

Resumo em inglês:

This thesis seeks evidence approach that political regime Brazilian and Portuguese remained in the 30s. The name “fraternall countries” comes from of fraternity brothers that the relations between the countries are given in the period studied.

Diplomatic documents are the basis of the research, validating so "official" this rapprochement between the governments.

Both embassies forwarded several documents encouraging rapprochement between political regimes and even commonalities.

Resumo em Português

Esta tese procura abordar as evidencias que os regimes politicos, brasileiro e português, mantiveram no período da década de 30. O nome “Países irmãos” vem da fraternidade que os países demonstraram ter, durante o período estudado.

Os documentos diplomaticos foram abase para a pesquisa, com eles foi possível validar de forma mais “formal” a teoria de que ambos os regimes partilhavam o interesse por uma maior aproximção.

Ambas as embaixadas enviaram documentos relatando sobre esse interesse em unir os regimes e fortalecer o vínculo que os países sempre mantiveram.

Palavras chave: História, História do Brasil, História de Portugal, Diplomacia, Relações Internacionais Brasil e Portugal.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a toda a minha família, que me apoiou e incentivou meus estudos em Portugal, contribuindo com minhas pesquisas também no Brasil.

Quero agradecer também minha segunda família, a Portuguesa, que me acolheu e deu suporte em todo o período em que estive estudando no país.

Agradeço especialmente aos meus amigos Amanda Vasconcelos Brito e Gustavo Cardoso de Lucca que me auxiliaram no processo de finalização desta tese.

Dedico esta tese aos meus avós, que sempre incentivaram minha curiosidade sobre a história do meu país e estariam orgulhosos, simplesmente por eu não desistir nunca dos meus projetos.

Um agradecimento especial ao meu orientador Manuel Loff, que também não desistiu de mim e ao meu colaborador para toda a vida Paulo Pinto.

Introdução

Durante meu percurso acadêmico sempre fui interessada em pesquisar sobre a verdade da história, encontrar pontos de vista, através da investigação, que ainda não haviam sido aprofundados.

Foi por isso que, ao sair do Brasil e escolher Portugal para continuar meus estudos, já fui com a ideia de prosseguir com o tema que havia concluído minha licenciatura no Brasil, História Política.

No início o objetivo era fazer uma comparação entre os governos brasileiro e português através de bibliografia sobre o assunto, pois teria um vasto material para isso. Pensei em partir das linhas que os historiadores mais abordavam para poder aprofundar essa comparação entre a política dos dois países, mas não foi o caso. Encontrei muitos livros que falavam da política brasileira e portuguesa, mas nenhum que as comparasse, muito menos seus regimes políticos nos anos 1930.

Foi daí que surgiu a ideia de realizar um trabalho semelhante, menos pretencioso, de tentar encontrar convergência entre os regimes políticos dos países no período citado.

Porém, me basear apenas em autores que escrevem sobre as características dos regimes, separadamente, seria um trabalho bastante delicado e frágil. Pensei então no documento primário, que poderia ser uma forma oficial de pesquisar sobre o assunto. Por isso decidi pelos ofícios e cartas confidenciais trocadas entre as embaixadas e os consulados de ambos os regimes.

Corria o risco de não encontrar, nos documentos primários, material necessário para justificar a relação entre os regimes. Mas na primeira pesquisa percebi que era um rica fonte sobre a opinião acerca das relações entre Brasil e Portugal, e que sustentaria a ideia que tinha sobre a fraternidade que ligou os dois regimes no período estudado.

Escolhi como fonte de pesquisa, em Portugal, o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Dentro deste, consultei o Arquivo Oliveira Salazar e o Arquivo do SNI.

No AHMNE obtive autorização para tirar fotografias de todos os documentos consultados, porém, o estado destes não era o melhor. Diferentemente dos arquivos do ANTT, que tem uma organização primorosa e documentos em perfeito estado e bem arquivados. O único diferencial foi o acesso, pois não pude fazer uso de fotos, fato que tomou mais tempo na pesquisa.

No Brasil consultei o Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (AHIRJ). Optei especificamente pela cidade fluminense pois o outro Arquivo Histórico do Itamaraty, localizado na capital federal (Brasília), possui documentos posteriores aos que

procurava. Lá também tive a permissão de fotografar os documentos necessários, além de contar com o auxílio de um arquivista, que me ajudava a procurar sobre o assunto nos diversos meios de pesquisa disponíveis, sendo a conservação e organização do acervo dignas de elogios.

Sobre o corte temporal que escolhi, devo explicar que o fiz dando continuidade ao trabalho que elaborei no Brasil, “O impacto social da Coluna Prestes na Bahia”, em que abordava o movimento político que surgiu em 1925 e acabou em 1927. Sua consequência foi a Revolução de 1930, que quis tratar por ser um período onde a política brasileira passou por uma grande mudança, além do panorama político mundial também estar em um processo de transformação pós-crise de 1929.

Já a baliza cronológica da minha pesquisa foi uma decisão difícil de tomar, pois só o fiz depois de rever todos os documentos analisados, que foram de 1930 a 1939. Acabei me decidindo pelo ano de 1937 como limite por se tratar de uma data chave também na política brasileira, que culmina no advento do Estado Novo. Mesma denominação que Portugal utilizou no seu novo regime que teve início em 1926 com a instauração de uma Ditadura Militar, e em 1933, passando a ser Estado Novo.

Durante o andamento da pesquisa encontrei documentos mais interessantes, que revelavam de opiniões pessoais sobre a relação entre os regimes a ofícios e telegramas sobre acontecimentos pontuais, além de extensos relatórios sobre averiguações a respeito de determinada decisão tomada pelo regime acompanhado.

Os personagens mais importantes desta pesquisa foram, sem dúvida, o embaixador português Martinho Nobre de Melo, o embaixador brasileiro Araujo Jorge, o adido brasileiro Guerra Duval e o secretário da embaixada brasileira Teixeira Soares. Também utilizei artigos de jornais que os próprios diplomatas enviavam aos ministérios em anexo aos seus ofícios.

Não me mantive apenas na pesquisa a documentos primários. Muitos autores escreveram sobre o tema e ajudaram a construir o estado da questão sobre o caráter político dos regimes. Os livros de referência que mais utilizei foram os de Boris Fausto sobre o Brasil e os de João Medina, Fernando Rosas, António Reis, José Rebelo e Francisco Maris Pires Teixeira sobre Portugal. Encontrei também textos que abordavam temas específicos sobre os regimes. No caso do Brasil, os autores consultados foram Heloísa Paulo, Thomas Skidmore, Edgard Carone, Ângela de Castro Gomes e Giselda Brito Silva. Em se tratando de Portugal, optei por utilizar trabalhos de Francisco Carlos Palomanes Martinho, César Oliveira, Antonio Costa Pinto e Manuel Loff.

Para entender melhor a estruturação do estado da questão, irei especificar os textos de cada autor que utilizei. A maioria dos escritores abordaram o tema de forma separada, apenas o trabalho de Heloísa Paulo, que trata da questão da colônia portuguesa no Brasil, analisa as características políticas dos países em simultâneo. Para explicar o período que estuda, que passa também pela década de 1930, ela aborda as mudanças que ambos os regimes passaram e analisa tais mudanças para justificar a política de imigração que Portugal utilizava no Brasil. Ela caracteriza e explica o Salazarismo e as

manobras que este usa para modificar a imagem do Estado Novo português na colônia portuguesa no Brasil. Aborda um pouco do relacionamento diplomático e cita alguns dos nomes que utilizarei nesta tese, como Martinho Nobre de Melo.

No livro *O corporativismo em português*, coordenado por António Costa Pinto e Palomanes Martinho, estes assuntos são analisados utilizando uma compilação de textos de diversos autores, portugueses e brasileiros, onde cada um escreve sobre assuntos ligados ao estado ou ao período político do seu país de origem. Apenas na introdução há uma ligação entre os dois regimes, onde é abordada a falta de análise a respeito desse tema. Neste livro os temas debatidos são específicos, como é o caso de Giselda Brito Silva, que fala apenas no Integralismo brasileiro, que foi muito útil para que eu entendesse os pontos em comum e as diferenças com o Integralismo, ou Nacional-Sindicalismo português, que também pude pesquisar no livro de António Costa Pinto *Os camisas azuis*.

Ainda sobre o livro *O corporativismo em português*, a autora Angela de Castro Gomes aborda o “autoritarismo e o corporativismo no Brasil”, um tema interessante para analisar outro ponto que o regime brasileiro compartilhava com o de Portugal. Sobre o corporativismo português o mesmo livro disponibiliza do texto de Francisco Carlos Palomanes Martinho, “Corporativismo e trabalho”, onde aborda também a questão trabalhista e a organização sindical em ambos os países.

Ainda sobre autoritarismo, o texto de António Costa Pinto “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 30” também foi muito interessante para compreender o que Manuel Loff explica como sendo a “época do fascismo”, que será abordado no capítulo inicial, sendo muito interessante para se entender melhor a ideia de “fascismo” que atingiu os regimes brasileiro e português na década de 1930, momento de formação ideológica dos regimes no mundo.

As obras de referência que utilizei foram *História Concisa do Brasil*, de Francisco M. Pires Teixeira, onde pesquisei apenas os capítulos relativos ao Estado Novo brasileiro, que me remeteu ao integralismo e foi complementar ao que Giselda Brito havia dito a respeito do caráter conservador do movimento integralista brasileiro; ainda sobre a História brasileira, o livro de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, me forneceu uma boa base para explicar as principais características do regime Vargas e seu processo de consolidação; a obra de Edgard Carone, *A Terceira República*, foi interessante para especificar os principais fatores que levaram a ditadura ao Estado Novo em si e o que se seguiu depois de sua consolidação.

As obras consultadas sobre o regime político português foram *Dicionário de História do Estado Novo*, da autoria de Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, onde analisei os textos “Estado Novo”, no volume I, e “Salazar, César Oliveira” no volume II. Em ambos encontrei boas referências aos temas pesquisados, que me ajudaram na classificação e na organização dos fatos marcantes do Estado Novo português e de sua figura principal.

No livro *Portugal Contemporâneo* volume IV, de António Reis, utilizei o artigo de César Oliveira “Ascensão e consolidação do Estado Novo”, que me ajudou a separar os momentos mais importantes da formação do Estado Novo português e a entender melhor a evolução política da época.

No livro *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, volume XII, de João Medina, utilizei o artigo de Vital Moreira “O sistema jurídico constitucional do «Estado Novo», útil para entender a estrutura do Estado Novo português e sua constituição.

Esses trabalhos tratam, como seria de esperar, de uma forma mais ampla a História Contemporânea de Portugal e do Brasil, falando de aspectos políticos internos e sobre o posicionamento da política externa em casos pontuais. Já os autores específicos, obviamente, tratam apenas de temas objetivos, ou seja, além de ser relacionado com o país em questão, analisam só a partir de uma característica própria em obras e artigos como “Autoritarismo e corporativismo no Brasil”, de Angela de Castro Gomes; “Ação Integralista brasileira e a Ditadura de Vargas”, de Giselda Brito Silva; “A revolução de 30 e a política externa brasileira”, de Gerson Moura; *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler*, de Manuel Loff; “As sete vidas do populismo”, de Emerson Urizzi enfim, abordam, cada um no seu assunto, de temas próprios, mas não de uma análise em comum dos dois regimes e da sua esfera política.

Justamente esse é o diferencial do meu trabalho, utilizar uma pesquisa ampla para elaborar uma junção única na abordagem sobre os regimes. Sem a pretensão de ser um trabalho de vanguarda, apenas mostrar como os autores caracterizavam esta época em cada regime e como a diplomacia os apresentava a seus representantes.

I O surgimento do Estado novo português

Para entender melhor o que se passou em Portugal na década de 30, devemos ver a situação mundial e observar o surgimento de um regime político que foi a base inspiradora do Salazarismo português, o fascismo.

Como define Manuel Loff, há uma «época do fascismo» que consiste no surgimento, a partir do primeiro pós-guerra, da ideologia política de expressões regionais ou nacionais muito diversificadas, reacionárias ao movimento comunista. Possui um caráter de «epifenômeno» com origem principalmente europeia, também encontrada em casos exteriores. Tem seu momento mais intenso no período pré II Guerra Mundial, com ênfase na Itália auto denominada fascista e na Alemanha nacional-socialista.

“A ideologia que nela predomina é compósita e frequentemente encerra fortes contradições, designadamente entre um fundo claramente nacionalista, muitas vezes mais instrumental que essencial, mas não deixa de acalentar um desejo de reorganização mundial, a construção de uma «nova ordem», simultaneamente instrumento de castigo e vingança sobre as potências até então dominantes da vida internacional e objecto de concretização dos princípios de hierarquização e saneamento violento da sociedade mundial que lhe são pressupostos”.(LOFF,2008: 103).

Tanto o Fascismo quanto o Nacional/Socialismo estudaram formas de chefia carismática e de totalização do poder político, mais ou menos presentes em outras ditaduras do período.

O momento do surgimento dessas ideologias foi marcado por uma crise econômica mundial (crash da bolsa de Nova York), que transformou a política externa de diversos países.

“A expansão do Nacionalismo e do protecionismo economico, a ampliação do papel do Estado (o keynesianismo e o Estado de bem-estar social) e o planejamento das economias nacionais geraram, em cada zona do planeta, efeitos diversos. Em outro plano, a expansão de ideologias externas e racistas, como o fascismo na Itália, na Espanha e em Portugal, o nacional-socialismo (nazismo) na Alemanha e o comunismo da União Soviética, deflagaram o questionamento das teses liberais, tanto na economia como na política” (BRIGAGÃO, 2006: 42).

Essa onda de desespero e esperança fez com que muitos países alterassem sua visão política a fim de encontrar uma resposta para a crise que enfrentavam. Como comentou Clóvis Brigagão, essas ideologias que surgiram foram fruto de medidas adotadas para a recuperação de um momento difícil. Cada uma em seu contexto, tomaram força e incentivaram a mudança de outros regimes, como é o caso de Portugal, que o próprio cita como sendo um país fascista.

Iniciamos nossa análise a partir do advento da Ditadura Militar em Portugal, para entendermos melhor como o país se organizou e sobreviveu por muitos anos sob um regime Autoritário.

A Ditadura Militar foi instaurada à 28 de Maio de 1926, dando fim ao regime parlamentar republicano, desencadeando acesa luta política entre forças concorrentes à condução do Estado: Facções republicanas, monárquicas, integralistas e católicas. Costa Pinto as dividiu em três grupos distintos: liberalismo conservador, conservadorismo autoritário e direita radical.¹

Faziam parte dos Liberais Conservadores os republicanos conservadores, que apoiaram o golpe militar na perspectiva de um Estado de exceção, acreditando na criação de um sistema unipartidário conservador.

Os Conservadores autoritários eram os católicos, monárquicos e republicanos autoritários que se manifestavam a favor do militarismo na intenção de construção de um novo regime autoritário, também unipartidário, mas de vocação integradora. Propunham o corporativismo e algum revisionismo autoritário.

A Direita Radical era representada pelos integralistas, que propunham instaurar com a ditadura um Estado Nacionalista com sistema corporativo integral, criação de um partido de massas na opção de modelos mais carismáticos de legitimidade, em que o modelo fascista era mais influente.

A Ditadura Militar aparece como solução para a maioria das forças políticas com reflexos adaptados, porém, a cada partido. Para os Republicanos serviria para uma transição regenerada, já os anti-liberais e anti-democráticos viam no regime militar a garantia da ordem e de uma política conservadora que abriria caminho para seus projetos de direita corporativos, autoritários e fascizantes.

Neste contexto, não podemos esquecer do papel dos integralistas, que a partir de 1932, cuja designação se modifica e assume o nome de Nacional/Sindicalismo (N/S).

Os integralistas já existiam desde 1914, através da criação de uma revista, *Nação Portuguesa*, e um clube político chamado Integralismo Lusitano. Era formado por estudantes da Universidade de Coimbra que participaram das primeiras revoltas contra a recém-implantada República, apoiando o retorno da Monarquia. Tinham como maior referência ideológica a *Action Française*, com a qual tiveram contato quando estiveram exilados em França e Bélgica. Até 1916 sobreviveram através de uma revista doutrinária e iniciaram campanha fundamentalmente no campo ideológico.

“O seu projecto poder-se-ia resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista [...] O I.L. conseguiu sintetizar de forma criadora e durável os fundamentos de um novo nacionalismo reaccionário especificamente português” (PINTO,1994:25).

¹ PINTO, António Costa (1994). *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Lisboa: Estampa.

A intenção de restauração do regime monárquico foi o que dificultou as relações do I.L. com outros movimentos antiliberais, isto é, os republicanos conservadores e dos católicos tradicionalistas.

“A vida política do I.L. conheceu três grandes fases: a primeira, que vai da sua fundação até a ditadura sidonista de 1917-18, caracterizada por uma actividade quase exclusivamente ideológica; a segunda, até 1922, data da suspensão das suas actividades, marcada pela tentativa de criar um movimento político organizado. A terceira, mais difusa, definida pela proliferação descentralizada dos seus núcleos, até a dissolução da sua Junta Central em 1932.” (PINTO,1994:31).

É no ano de 1932 que um grupo de estudantes fascistas cria em Lisboa o jornal académico *A Revolução*. “Quase todo o grupo fundador pertencia ao sector estudantil do Integralismo Lusitano” (PINTO,1994:23). Rolão Preto foi convidado pelo grupo para ser o diretor, e no verão deste mesmo ano o Movimento Nacional Sindicalista (N/S) é lançado e ganha escala nacional.

“Rolão Preto percorreu o país após a fundação no N/S e trouxe para ele a maioria das organizações distritais e concelhias. Algumas delegações chegaram mesmo a ser encerradas por determinação governamental, caso da de Coimbra na sequência do ataque à [União Nacional], mas renasceram alguns meses depois no Nacional-Sindicalismo. Quando, em 1933, se anunciou finalmente a «adesão colectiva» da Liga 28 de Maio à U-N, a maioria dos seus núcleos aderiram ao Nacional-Sindicalismo” (PINTO,1994: 91).

Acerca da União Nacional (UN) e da Liga 28 de Maio, é conveniente explicar como foram criadas.

“Em Dezembro de 1927, Vicente de Freitas, Ministro do interior da Ditadura, anunciou um projecto de lei eleitoral, um recenseamento para o plebiscito do General Carmona como Presidente da República e ainda para «eleições administrativas». Pensando no plebiscito, mais propriamente nas «eleições administrativas», o governo decidiu anunciar a criação de um partido «de apoio à Ditadura», que se desejava o mais integrado possível. Foi nomeada uma comissão ministerial para a sua organização (entre outros Sinel de Cordes, Manuel Rodrigues e Vicente de Freitas), e o projecto começou a ser conhecido como União Nacional Republicana, ou simplesmente União Nacional.” (PINTO, 1994: 82).

A partir da União Nacional várias outras iniciativas políticas surgiram como apoio a esse partido. Um exemplo foi a Liga Nacional 28 de Maio, que teve como dirigente Martinho Nobre de Mello, e surgiu a partir de um grupo de integralistas, jovens militares e «candidatos a ditadores» em finais de 1927. Teve sua função logo confundida com o novo plano do governo UN e foi “acusada de ser uma plataforma de recuperação dos partidos republicanos conservadores”.(PINTO,1994:83)

A União Nacional era uma organização que agregava os civis que apoiavam o novo regime, na intenção de mobilização de massas e formação de elites políticas sob a inspiração de ideologia nacionalista autoritária e corporativista. A UN servirá nos

primeiros anos para legitimar a institucionalização do regime. Segundo António Reis², enquanto em outros países o partido toma o poder para formar o governo, em Portugal fez-se o caminho inverso, o governo é quem formou o partido com o fim de unificar o sistema partidário num único.

“A União Nacional e as Milícias Lusitanas constituíram a primeira tentativa de dominar a Ditadura Militar por parte do núcleo mais fascizante do seu heterogéneo bloco de apoio” (PINTO,1994:78).

É importante observar também, como fez Heloísa Paulo³, que a diferenciação dos termos “Estado Novo” e “Salazarismo” devem ser analisadas para que se possa entender as caracterizações do regime português.

“O primeiro corresponde ao sistema político português implantado nos anos trinta e que, no decorrer dos anos seguintes, sofre uma série de mudanças, fruto da sua maior ou menor adaptabilidade ao contexto histórico. O segundo (Salazarismo), mais durável e menos flexível, designa o conjunto de valores ideológicos que pautam a acção do Estado de Portugal nos anos da ditadura e servem de «visão de mundo» para uma camada de portugueses, dentro e fora do país, mesmo após o 25 de Abril.” (PAULO,1997:19).

A análise desse regime é que vai caracterizar o que entendemos sobre o “Salazarismo”, pois tratou-se de um estilo único de poder em Portugal. Com promessas de estabilidade e ordem, ganha, portanto, a simpatia e apoio de uma grande parte da população que passa a ter expectativas positivas na política do país.

Esta estabilidade procurada estava relacionada com a economia, após a crise mundial de 1929 que havia abalado Portugal. Coube ao Ministro das finanças, Oliveira Salazar, driblar essa dificuldade e dar novas esperanças ao país. Como observa Rosas.

“Portugal do início dos anos 30, atrasado, rural, dependente, periférico, e, até certo ponto, um caso típico dos processos de articulação então verificados entre as crises económicas (e a necessidade de lhes dar resposta) e o advento dos novos regimes autoritários” (ROSAS,1990:15).

A constituição de 1931, projeto elaborado por Oliveira Salazar, dá poderes para que o Ministro das Finanças consiga reerguer a economia do país assumindo papel central no regime. O Presidente passa a ter um poder simbólico, todas as principais decisões são tomadas pelo Chefe do Conselho que passa a dar um carácter ainda mais centralizador a política portuguesa.

“Foi o chefe do Governo que ocupou o lugar central no sistema de governos e na evolução do regime. De tal modo que, onde a Constituição dizia que era o

² REIS, António . “Introdução”In, *Portugal Contemporâneo: (1926-1958) Ascensão e Consolidação do Estado Novo*, p 7-8.

³ PAULO, Heloisa, *Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Dissertação de Doutoramento em História, Coimbra: FLUC.

Presidente da República que nomeava e exonerava livremente o Presidente do Conselho, o que na verdade se passava era que este é que escolhia aquele e decidia da sua recondução ou afastamento(...) o Presidente da República foi transformado na prática num Chefe de Estado de tipo parlamentar, com poderes puramente nominais e simbólicos.” (MOREIRA,1997:162).

A Constituição de 1933 irá legitimar a prática ditatorial que já vinha sendo seguida, dando-lhe legitimidade com a criação da Assembléia Nacional, aliando o corporativismo e o catolicismo na fundamentação de uma doutrina do Estado. A Assembléia era constituída por deputados eleitos em listas da fiel União Nacional selecionados pelo ditador. O Chefe do Governo possuía plenos poderes para governar uma ditadura, uma autonomia quase total do executivo, passando o Presidente da República a ter uma participação quase figurativa. Surge também um outro órgão do Estado, a Câmara Corporativa, que tinha a função de tutelar a gestão econômica e social do país.

“Com a Constituição, a ditadura militar transformou-se numa ditadura civil institucionalizada, investida no chefe do Governo. O Governo continuaria independente e autónomo da futura Assembleia Nacional e continuaria a exercer no fundamental o poder legislativo. Os partidos continuariam abolidos e definitivamente proscritos; as restrições às liberdades publicas que a ditadura tinha instruído seriam institucionalizadas e reforçadas.” (MOREIRA, 1997:153)

O intervencionismo do Presidente do Conselho forma uma teia na qual os adversários políticos vão, imperceptivelmente, se envolvendo. Num jogo de avanços e recuos, Salazar mantém-se no poder por muitos anos.

“O Salazarismo surge-nos, assim, como um compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesse das «forças vivas», a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor”(ROSAS,1994:185).

O Estado Novo português contará com o apoio de forças importantíssimas na execução desse controle interno, como os militares e a Igreja, tornando-se, como denomina César Oliveira, numa ditadura «bélico-eclesiástica».

“Assim, a partir de Julho de 1930, Oliveira Salazar, com o apoio claro das forças militares e sob os auspícios de uma Igreja, agora reconciliada com o novo poder político, iniciou a criação das traves mestras estruturantes de um novo regime que concretizava uma ruptura profunda com a democracia parlamentar e sucederia à Ditadura Militar” (OLIVEIRA,1990:27).

Para além de contar com as forças internas, Salazar, preocupado com o que ele pensava ser uma ameaça comunista que vai ganhando a Europa, opta pela «crispação fascizante

do Estado Novo»⁴, como alternativa mais eficiente para proteger o país. Foi criada para o controle da ordem e censura a polícia política. Durante todo o Estado Novo essa força irá sufocar qualquer tentativa de sublevação da oposição e controlar os passos dos cidadãos portugueses, criando um ambiente de pressão e controle.

“Até as vésperas da Guerra Civil espanhola, [...], Salazar recusou, quer a criação de instituições de tipo milicial, quer a fascização, inevitavelmente a partir de cima, do partido único. Em 1936, no entanto, o regime criou uma organização juvenil paramilitar e permitiu o aparecimento de uma organização milicial directamente inspirada no modelo fascista. A Legião Portuguesa (LP) foi fundada em Setembro de 1936, na sequência de um comício anti-comunista organizado pelos «Sindicatos Nacionais» e representou uma genuína «pressão» de certos sectores recém-aderidos ao Regime” (PINTO, 1994: 290).

A participação de Portugal na Guerra Civil espanhola é outro ponto a considerar acerca da inclinação fascista portuguesa. Segundo César Oliveira, a necessidade da intervenção de Portugal na Guerra Civil espanhola veio da ameaça que a República, apoiada por toda a esquerda espanhola, representava para o “regime autoritário de pendor fascizante que era o Estado Novo”. Ou seja, a vitória da Frente Popular espanhola ameaçou a harmonia política da Península Ibérica, levando a uma atitude por parte de Salazar de inevitável apoio aos generais espanhóis.

“Todavia, o que estava em causa com a evolução acentuada da Espanha para a esquerda era a própria sobrevivência do Estado Novo, ameaçado, e muito seriamente, quer do ponto de vista interno quer no ponto de vista externo. E Oliveira Salazar tinha consciência que a primeira das preocupações de um estadista, e mormente de um ditador, era a permanência e continuidade no poder. Ao eclodir o «Alzamiento» dos generais espanhóis Salazar defrontou-se com a necessidade de articular uma política de claro apoio á sublevação (cuja vitória lhe era fundamental) com a manutenção da aliança com a Grã-bretanha” (OLIVEIRA, 1986:73).

A respeito desta manutenção da aliança com a Grã-Bretanha é que Portugal assina o tratado de não intervenção, que claramente serviu apenas para acalmar os ânimos e evitar um maior alarde a respeito do conflito espanhol, porque houve, de fato uma grande intervenção de Portugal na Guerra Civil espanhola.

Após o eclodir da Guerra, Portugal enviou homens e ajuda material para os nacionalistas espanhóis. Mas esse apoio aos sublevados franquistas não ficou apenas nisso. O país serviu de ponto estratégico para abrigar refugiados e para escala de aviões enviados para o apoio a Franco. Foi útil também para abrigar reuniões de planejamento para o manejo do conflito. Segundo César Oliveira, este é um tema pouco estudado, o do apoio diplomático e estratégico que Portugal teve na Guerra Civil de Espanha, fazendo com que o controle do conflito tanto interno quanto externo passasse por mãos portuguesas.

⁴ Citação de César Oliveira in Rosas, (1994) “O Estado Novo nos anos 30” In José Mattoso (Dir) *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 243-299.

No seu término, Salazar e Franco assinam o Pacto Ibérico, que representava as garantias de um bom relacionamento entre Portugal e Espanha. Para Salazar “o tratado assinado em 17 de Março de 139, significava também a abertura dos caminhos que poderiam conduzir á salvaguarda da neutralidade da Península no quadro de uma nova guerra, cada vez mais previsível na primavera de 1939” (OLIVEIRA, 1986:85).

Mas para César Oliveira o Pacto Ibérico e a estratégia de Salazar abriram caminho para outras vertentes políticas que não são muito exploradas, além de manter alianças com a Grã-Bretanha – algo que salvaguardou a permanência dos regimes autoritários na Península.

“Abriam caminhos para garantir a neutralidade e preservar a sobrevivência da duas ditaduras peninsulares: a acção decisiva e determinada de Salazar no apoio a sublevação dos militares espanhóis, a importância geo-estratégica que soubera construir para Portugal, seja no quadro da guerra de Espanha seja na iminência de uma nova guerra, valorizavam em 1940, o Estado Novo e Oliveira Salazar junto da Grã-Bretanha, aliado secular de Portugal que não iria tomar iniciativas que conduzissem à queda dos dois regimes instalados em Portugal e Espanha” (OLIVEIRA, 1986:87).

Entramos agora em outra polémica para os historiadores: Foi o Estado Novo português um regime fascista?

Além dos modelos e doutrinas, Heloísa Paulo ressalta a característica nacionalista do período fascista do regime.

“Simpatias a parte, o Estado Novo, e mais anda, o Salazarismo, possui determinados factores que o aproxima de algumas das características da conceptualização «clássica» do fascismo. Um deles detectado a nível discursivo, é a alegação da especificidade «nacional» do caso português, incorporada por muitos historiadores como um dado a considerar na diferenciação do regime salazarista dos restantes modelos europeus” (PAULO,1997:15).

Quem também ressalta características importantes que ligam o Salazarismo ao fascismo é José Rebelo.

“Portugal representou as características epigonais do fascismo: falhado o processo e estabilização conservadora, deu largas a toda a virulência de repressão interna, numa longa guerra intestina que acabou por destruir a unidade das próprias forças armadas como braço armado nas transformações do Estado” (REBELO,1998:53).

Outro ponto que caracteriza o regime e também o aproxima ao modelo fascista é o corporativismo. Segundo João Medina, o corporativismo foi um dos elementos de base para a formação do Estado Novo e, apesar de ter raízes no Integralismo Lusitano, o modelo foi «manifestamente influenciado pela experiência fascista italiana».

“ O corporativismo, como ideologia anti-individualista e antiliberal, anti-socialista e anti-sindicalista, e como instrumento de conciliação forçada dos conflitos económicos-sociais, foi um dos elementos estruturantes do Estado Novo” (MOREIRA,1997:171)

Portugal tinha características económicas muito próprias, centradas na economia rural, mas sem deixar de desenvolver uma indústria de base ligada principalmente a bens de consumo, numa primeira fase, e a metalurgia e metalomecânica posteriormente.

"Desde os anos 30, com a progressiva industrialização e o aumento das pressões industriais, iniciou-se o cerco económico e legislativo a essas duas últimas e principais modalidades do artesanato industrial, não obstante uma política oficial aparentemente protectora das «pequenas actividades» familiares. Por um lado, queixam-se os industriais da «concorrência desleal» que, em termos de horários de trabalho, de salários e de outros requisitos mínimos de funcionamento, lhes movem as «indústrias caseiras». Por outro, pretende o capital industrial apropriar-se do processo de transformação dos bens de origem agro-pecuária, retirando-os a controlada esfera agrícola: este vai ser, desde então, um dos mais importantes campos de disputa entre os interesses da indústria e do mundo rural, particularmente agudizado na conjuntura de guerra, e com o Governo a tomar cada vez mais claramente o partido da indústria." (ROSAS,1994:78).

Como afirmou Fernando Rosas, a economia não era industrializada, mas sim baseada em núcleos industriais pouco modernizados, e com uma produção caseira, ligada a setores tradicionais e ainda sem ultrapassar a economia rural, ainda tida como “rudimentar”. “Mas seria ilusório, como se disse, pensar que Portugal dos anos 30 era uma espécie de deserto ruralista estagnado, sem investimento industrial, sem inovação tecnológica, resumido à vida vegetativa das «indústrias de vão de escada»” (ROSAS,1994:82).

Politicamente as análises feitas com relação ao regime português e sua transformação são caracterizadas pelo nome da figura política que o controla, Oliveira Salazar.

“O que vale frisar é a paciente substituição de uma ditadura apenas reduzida à lâmina crua das espadas por uma Ditadura organizada, com doutrina, estratégica, pensamento jurídico-constitucional, saída completa, de capacete, lança e escudo, da coxa de Gomes da Costa, e outros desastrosos tarimbeiros de 1926. Ditadura que, depois de ser financeira, como primeira e absoluta prioridade em relação aos demais problemas instantes, seria legalista e civilizada, ainda que capaz dos maiores arbítrios e prepotências cometidos em nome da sacrossanta Lei, Salazar «civilizou» as doutrinas, deu-lhes uma legitimidade «a posteriori» que não propriamente carismática, nem legal, nem tradicional” (MEDINA,1997: 101).

Estudando a opinião desses autores, tais características são interessantes de se abordar, pois nos remetem a uma análise mais teórica sobre o assunto.

Os mesmos divergem no que diz respeito a caracterização do Regime Salazarista, se afinal poderia lhe ser atribuído um caráter totalitário ou autoritário no caso português.

“A diferença entre esses dois conceitos reside, na atitude assumida relativamente à liberdade: enquanto o autoritarismo tudo faz para a restringir, o totalitarismo procura, pura e simplesmente, aboli-la” (REBELO,1998:47).

Esse tema é motivo de debates entre historiadores portugueses, talvez não pelo conceito em si, mas pela sua aplicação ao regime de Salazar.

Braga da Cruz explica que:

“O totalitarismo em relação às outras formas de ditaduras autoritárias está precisamente na pretensão de controlar totalmente a sociedade civil, de a colocar sob controlo total de um centro de poder político, sendo o partido o instrumento dessa dominação total” (CRUZ,1988: 24)

E completa que, no caso português, “o novo regime conformava «um Estado com uma doutrina totalitária», sendo que, frequentemente, como se verá, a sua práxis dará prevalência concreta a tais propósitos totalizantes.” (ROSAS, 1994:52).

O próprio Salazar refere que quer construir um Estado autoritário, conservador e, de alguma forma, sensível ao fascismo no seu “reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista e na sua preocupação de ordem social” (LEONARD,1998 :75).

Muitos outros autores, como por exemplo, João Medina ou Fernando Rosas também referem o autoritarismo quando caracterizam o regime. João Medina complementa essa ideia e explica:

“Salazar baseava-se mais num fundo tradicional e religioso do que numa ideologia claramente assumida e expressa em programas, havendo aliás um pano de fundo católico acentuadamente conservador. O que dissemos sobre a importância da cosmo visão mental implícita na trilogia «Deus, Pátria, Família» salazarista ilustra bem a diferença entre mentalidade (autoritária) e ideologia (totalitária)” (MEDINA,1997:106).

O regime implementa esquemas de controle político de massa com que vai doutrinar a população, moldando a imagem do Chefe do Governo, “obsessivamente reservado, extremamente lúcido, subtilmente calculista e sabiamente manipulador.” (LEONARD,1998 :77)

Esse “trabalho de imagem” foi feito por António Ferro, que conseguiu com que Salazar se tornasse um líder respeitado e temido. “No caso de Salazar, o carisma teria evoluído no sentido de um grau máximo de racionalização/burocratização” (REBELO,1998:75). Era utilizada para intimidar os opositores e cativar a ala conservadora, utilizando a junção do nacionalismo e da moral cristã para formar o “slogan” do Estado Novo, “Deus, Pátria, Família”, que guiará os valores portugueses até o fim do regime.

O pragmatismo, para Fernando Rosas, caracteriza o «saber durar» de Salazar que também utiliza do fascismo determinadas características de controle e permanência que fortalecem a figura do ditador.

“Pragmatismo político-institucional que o leva a combinar e compor na matriz corporativa, antidemocrática e antiliberal do catolicismo social salazarista os contributos do ultramontanismo integralista e dos republicanos liberal-

conservadores. E até, sobretudo na segunda metade dos anos trinta, a incorporar também, ainda que de forma subordinada, aspectos do discurso e da iconografia típicas do radicalismo fascista, bem como boa parte dos seus quadros” (ROSAS,1990:16).

Há também quem explique, de forma detalhada, que há pelo menos cinco motivos que distanciam o Salazarismo do Fascismo e do nazismo:

“A preocupação de Salazar em rejeitar teoricamente a ditadura, por ser contrária a um Estado de direito, admitindo-a a título provisório; o papel subalterno reservado ao partido, sempre colocado à margem das grandes decisões; estreiteza dos objectivos ideológicos prosseguidos, completamente alheio a projectos de «modernização laicizante da vida social e cultural»; o tipo de nacionalismo proclamado, «tradicionalista, conservador e integracionista», em tudo oposto ao nacionalismo fascista; as reservas emitidas quanto ao uso da força que nunca foi prerrogativa reconhecida ou concedida a grupos de milicianos armados, mas apenas reservada à acção legal e administrativa do Estado”(REBELO, 1998:48).

Sobre essa opinião, o Salazarismo, ao negar ser uma ditadura ou até mesmo um regime fascista, “acentua a ideia de singularidade do regime em Portugal, o discurso estado-novista, curiosamente, aproxima-se do discurso fascista, confirmando-o como um produto «não exportável»”(PAULO,1997:15).

Para finalizar, insiro esta citação de Fernando Rosas que, para mim, explica, no seu geral, o que fundamentalmente foi o Salazarismo.

“Esta capacidade de estruturar e arbitrar autoritariamente os equilíbrios fundamentais entre *elites* políticas e interesses dominantes, mas contraditórios entre si, marca o essencial da natureza peculiar do Estado Novo ou, se quiser, do fascismo português: uma ditadura de *facto*, subordinada à incontestada autoridade arbitral do chefe do Governo, mas onde as «liberdades fundamentais» são consagradas constitucionalmente; um almejado corporativismo integral onde a Câmara Corporativa é um órgão meramente consultivo, subordinado a uma Assembleia Nacional com poderes legislativos e eleita liberalmente por sufrágio directo dos «cidadãos»; milícias fardadas desfilando com a saudação romana, ou um partido único, mas todos severamente tutelados pelo Estado; indústrias cimenteiras ou químicas de base à sombra da Companhia do Trigo ou do culto oficial das virtudes da ruralidade; o modernismo estético posto ao serviço de um nacionalismo passadista, católico, conservador e ruralizante.”(ROSAS, 1990:17).

O que vimos até agora foram, portanto, as características principais que autores portugueses discutem sobre o Salazarismo, que poderemos, no capítulo seguinte, observar como os autores brasileiros identificam o mesmo período do governo Vargas.

II A revolução política de 1930 e o regime Vargas até 1937

Há inúmeras maneiras de tentar explicar o que foi o Varguismo e classificar esse período da história brasileira que marcou tanto o país.

Para melhor entender como se deu a tomada de poder de Vargas é preciso comentar sobre a Revolução de 1930, marco da mudança do regime brasileiro, que será também o ponto de partida para entendermos o papel de Getúlio Vargas na produção da engrenagem política que resultará no Estado Novo brasileiro.

No ano de 1930, é dada a Revolução que tem como objetivo acabar com o monopólio político que se dava através das “eleições” influenciadas para a escolha do presidente do Brasil. Desde 1891, de quatro em quatro anos havia uma agitação eleitoral, pois era esse o período do mandato presidencial que não podia ser renovado, havendo a possibilidade de indicar um candidato a sucessor, que na maior parte dos casos, era sempre o eleito devido a manipulação dos votos feitos através de arranjos pré-eleitorais.

Sendo que, nos últimos anos, os candidatos indicados pelos presidentes eram alternadamente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, o que causava agitação aos candidatos dos outros Estados, que viam a supremacia do governo chamado por eles “Café com leite”, se impor, mandato após mandato, em benefício de dois estados no país.

Porém, na campanha eleitoral para as eleições de 1930, o presidente Washington Luís indica outro paulista para a sucessão presidencial, Júlio Prestes, que concorre com um candidato do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. As eleições se dão e quem ganha é, como a muito acontecia, o candidato indicado pelo antigo presidente, gerando indignação e revolta por parte da oposição, que denunciava fraude eleitoral e manipulação dos votos. Júlio Prestes, eleito, mas ainda não empossado, acreditou que tais acusações não passassem de palavras.

Porém, alguns revolucionários organizaram-se para a tomada do poder através da luta armada. Formado por líderes descontentes da Aliança Liberal e um grupo de jovens oficiais revolucionários (tenentes), o bloco iniciou a conspiração que tinha seu quartel-general no Rio Grande do Sul, chefiado pelo general Góes Monteiro, que apoiava o candidato derrotado Getúlio Vargas na sua marcha sobre o Rio de Janeiro para a tomada do poder.

Washington Luís esperava contar com o apoio das forças armadas, mas a perspectiva de uma guerra civil alarmou os generais de alta patente, que responsabilizaram o presidente pelo estado de inquietação e desconfiança que havia provocado no país. O presidente ainda resistiu em abandonar a ideia de empossar Júlio Prestes e renunciar ao cargo, mas é convencido pelo Cardeal Leme em fazê-lo de forma pacífica.

Antes de ser entregue o governo provisório a Vargas, uma junta militar governou o país durante dez dias, evitando qualquer tentativa de contra revolução. “Em 1930, os

comandantes do Exército e da Marinha encontravam-se colocados numa posição que se deveria tornar cada vez mais familiar na subsequente história do Brasil: o papel de árbitros finais da política interna.” (SKIDMORE, 1976:25).

Não sou a única a escolher essa data como o princípio do novo modelo de Regime:

“ A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, determinou o início de uma nova era na História do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi chefe de Estado e de Governo: primeiro como Presidente do Governo Provisório, garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército (1930/34); depois, como Presidente eleito pelo Congresso Nacional (1934/37); e, por último, fechado o Congresso, como Presidente do Estado Novo (1937/45), sustentado pelas Forças Armadas e por uma ampla e difusa base social, inclusive nas classes populares urbanas. ” (PACHECO,2008:21).

Para entender o papel da Revolução para a criação do Estado Novo, podemos começar a ver como os autores caracterizam o Governo Provisório, que vai de 1930 a 1934, o qual coincide com a Constituição de 1934.

“A ditadura do governo provisório era a expressão da harmonia determinada espontaneamente pelos acontecimentos entre os traços característicos da personalidade do ditador e a natureza especial dos problemas surgidos da crise e cujas incógnitas desafiavam soluções de que dependia literalmente o futuro da nacionalidade ” (AMARAL,2002:90).

Foi logo no ano de 1930 que as medidas para Getúlio Vargas assumir o poder foram sendo tomadas, por necessidade de um líder que, pós-revolução, implementasse mudanças para centralizar o poder e evitar que os erros cometidos na República se repetissem. Foi ele que, desde o fim da Revolução assumiu o papel de líder e iniciou sua ascensão política. É em Julho de 1934 que Vargas é eleito pelo Congresso Nacional até o ano de 1938, onde seria escolhido um presidente por eleições diretas.

“O advento do novo regime, que havia sido anunciado como tendo por finalidade principal o combate ao personalismo, caracterizou-se logo pela concentração da política nacional na pessoa do ditador civil, investido de ilimitado poder discricionário. Desde os primeiros dias de Novembro de 1930, começa a evidenciar-se que a orientação da obra revolucionária na sua etapa construtiva dependia exclusivamente de um fator que sobrepujava todos os outros: — a ação pessoal do chefe do governo provisório”(AMARAL,2002:113).

Porém, nesse período de regência provisória do governo, acontece no ano de 1932 uma revolta em São Paulo que nos faz perceber esse momento, caracterizado pelo realinhamento político.

Essa revolta teve um impacto muito forte em todo o país, pois foi uma mobilização, não só do Estado de São Paulo, mas de todos os outros estados que se sentiam prejudicados pelas decisões tomadas no pós-revolução de 1930. Além disso, a situação financeira ainda não se tinha estabilizado da crise mundial de 1929. Os estados envolvidos na

revolução ainda não tinham conseguido se recuperar das perdas ocorridas durante os conflitos e o culminar do golpe foi a escolha de um governador do Estado de São Paulo, não paulista e não muito querido pelos cidadãos da cidade.

“O ano de 1932 foi marcado por importantes crises e realinhamentos na composição política do governo provisório. O levante político militar de São Paulo, que exigia do presidente a convocação de uma assembleia constituinte impôs ao presidente a necessidade de redefinição de seu campo de alianças. Esse processo, de depuração das elites governamentistas, foi contínuo e de certa ininterrupto até o golpe do Estado Novo em 1937”(MARTINHO,2008:57).

Esta revolta foi também uma forma de pressionar o governo a elaborar uma nova constituição para regularizar a situação do país que, desde a Revolução de 1930 ainda não havia se estabilizado plenamente. Com respeito a constituição, Gerson Moura comenta sobre a opinião de historiadores que analisaram a Constituição de 1934 divergindo entre sua função conservadora ou reformista.

“ De um modo geral, o debate se tem travado em torno da natureza conservadora ou transformista dos novos equilíbrios de poder que se estabeleceram a partir daquele momento, oscilando os autores entre as teses que afirmam no sentido de conservação da estrutura social brasileira sob rótulos novos e reformas mais aparentes que reais e aqueles que sublinham a ação do Estado na reorientação da economia agro exportadora para um novo padrão vinculado às atividades urbano-industriais” (MOURA,1983: 575).

Era emergente que um chefe assumisse o poder para controlar essas manifestações, e decidir qual diretriz tomar para controlar o país internamente e também protegê-lo de influências ditas “anárquicas”.

A relevante participação do Integralismo brasileiro na consolidação do Estado Novo também é um ponto muito importante para se abordar. Teve início no ano de 1932, tendo como líder Plínio Salgado, um personagem importante no fortalecimento do nacionalismo brasileiro. Era uma organização denominada Ação Integralista Brasileira, ou AIB, tinha como objetivos implementar um estado forte e centralizado, capaz de resolver a desordem e de barrar o avanço do comunismo no país através de uma «Revolução Espiritualista», “condutora dos espíritos para a implantação de um Estado forte e integral, poderia salvar a sociedade que passaria a ser guiada pelo lema «Deus, Pátria e Família»” (SILVA,2008:110).

A AIB foi importante “a) nas já citadas construções teórico-doutrinária de um Estado forte e autoritário que teriam servido de fundamentação para o Estado Novo; b) nos conflitos públicos com os comunistas, contribuindo para legitimar os discursos e a ação repressiva policial num campo político diagnosticado pela desordem e agitação da esquerda e da direita, posteriormente defendido pelo Estado Novo; e, c) na exibição de força e competição política com o Governo em torno das eleições presidenciais, tendo Plínio Salgado como candidato á presidência como *Chefe Nacional* de um partido que se expandia por todo o país” (SILVA,2008:109).

A Ditadura militar brasileira utilizou a emergência do Integralismo no país para proteção do avanço comunista, endurecendo a repressão e incentivando, mesmo que não explicitamente, as doutrinas e passeatas integralistas.

Voltando ao ano de 1934, quando a constituição é promulgada e faz reformas progressistas no que diz respeito às leis eleitorais, estabeleceu o voto direto e obrigatório para maiores de 18 anos, além de estender às mulheres o direito de votar; no campo trabalhista, criou a Justiça do Trabalho e nacionalizou as riquezas naturais do país; mesmo com a laicização do Estado da antiga Constituição de 1891, essa nova constituição volta a eleger a religião católica como oficial.

No campo educacional, além de criar um ensino primário público, obrigatório e gratuito, desenvolveu o ensino superior e médio, com esperanças de criar mão de obra capacitada, pois também promoveu o desenvolvimento industrial nacional. Essas medidas constitucionais acalmaram as agitações sociais. Porém, apesar de parecer uma constituição democrática, apenas a Assembleia Constituinte poderia eleger, indiretamente, o novo presidente.

“A democracia brasileira é, como o fascismo, «autoritária». A sua novidade consiste no quase desaparecimento da divisão de Poderes, pela supremacia concedida a um deles, o Executivo. Assumindo este a chefia suprema, ficariam os demais reduzidos a «funções», se, pelas atribuições expressas no texto da Constituição, não estivessem escudados contra o arbítrio presidencial” (MOURA,2002: 76).

Sobre a economia brasileira podemos dizer que, no início dos anos 30 era voltada a exportação de produtos agrícolas, com especial importância para o café. A crise mundial diminui muito o peso da economia brasileira, “... num esforço desesperado para compensar os cafeicultores pela desastrosa queda dos preços do produto, governo federal, depois de 1930, aumentou suas compras de excedente de café” (SKIDMORE,1976:65). No entanto, este intervencionismo do Estado não foi suficiente para estabilizar a economia, forçando a industrialização no país.

É intensificado também o espírito do nacionalismo econômico, com o efeito de criar condições de apoio para a industrialização, porém, “colocado o capital alienígena com relativa desvantagem, mui obviamente medidas anti-estrangeiras bem que poderiam ser atraentes para os empresários nacionais, inibidos de competir com os recursos superiores dos incentivos de fora” (SKIDMORE, 1976:69).

“Em suma, a industrialização do Brasil, entre 1930 e 1945 foi produto de dois fatores: substituição «espontânea» das importações, resultante do colapso da capacidade de importação, com a manutenção da procura interna através do programa de auxílio ao café, e o deslocamento dos investimentos particulares, do setor de exportação, para a produção industrial destinada ao mercado interno; e a intervenção estatal, direta e indireta” (SKIDMORE,1976:70).

Foi durante o Estado Novo que, pela necessidade de retirar o Brasil da crise econômica, foi elaborado o plano de industrialização nacional, transformando a economia de

exportação agrícola para a industrializada. Porém, tentou impedir os investimentos estrangeiros, valorizando o nacionalismo e voltando a produção para o mercado interno.

Ângela C. Gomes, além de unir essas duas classificações, também identifica o Estado Novo como sendo corporativista quando diz:

“O Estado autoritário e democrático do pós-1930 é tanto uma «modernização» das tradições do poder privado e do personalismo caros à sociedade brasileira, quanto uma afirmação do poder público, através de uma burocracia (impessoal e técnica), e de um modelo alternativo de representação política: o corporativismo” (GOMES, 2008: 90).

No Brasil, o corporativismo teve um papel fundamental, pois a representação popular num país autoritário só poderia ser possível através das associações. O estado passou a estimular e reconhecer tais associações, que passaram a ser instituições de direito público, pois essa seria “... a melhor forma institucional de estabilizar a ordem político-social e promover o desenvolvimento econômico do país cujo paradigma era o mundo urbano-industrial” (GOMES, 2008:99).

Foi também, através dessa manobra, que foi possível classificar o Estado Novo brasileiro como sendo um “autoritarismo democrático”.

Ângela de Castro Gomes aponta que a Revolução de 30 faz a “democracia restrita ser substituída por uma democracia social muito mais ampla e inclusiva”. Com esta afirmação ela reconhece que a revolução transforma o regime e o torna mais democrático. O Estado forte personificado na figura do Presidente Getúlio Vargas, “responsável pela modernização do país e pela criação de um corpo legislativo que fazia com que a chamada «questão social» deixasse de ser um «caso de polícia» e se transformasse em um instrumento para a identidade nacional”. Além da maior «democratização» do Estado, este tenta nacionalizar o país e moderniza-lo. Com uma imagem mais «salvacionista» que autoritária.

Já Francisco Martinho caracteriza como “evidentemente autoritário” e interessa-lhe a análise das possibilidades de corporativismo, construídos por modelos antiliberais no entre guerras.

Diz que a implantação do populismo foi a principal característica a ser utilizada como política de massa e permanência do poder. Concorde que defensores da chamada Era Vargas entrem em consenso pelo fato do estado ter adquirido nos pós guerra papel de centralidade na condução das políticas de forma geral.

Como podemos perceber aqui, esses autores defendem um Estado Novo como sendo autoritário, e outros como uma política democrática, utilizando o nacionalismo para garantir uma identidade própria ao regime, centralizando o poder e garantindo sua permanência.

Francisco Palomanes Martinho⁵ fez um estudo que mostra outras opiniões de historiadores ao qual vale ressaltar.

“As interpretações mais correntes indicam uma nítida influência do fascismo italiano e sua Carta del Lavoro. Seguindo tal perspectiva de análise, alguns autores apontam para o fato de que a vitória das experiências italiana e alemã contribuiu para o nascimento de regimes semelhantes na América Latina”(MARTINHO,2008:59).

Entretanto, outra corrente diz que o sul do Brasil, que possui a maior concentração de imigrantes alemães e italianos do país, era a fonte do positivismo autoritário que influenciou Getúlio Vargas e os agentes da Revolução de 1930.

“Outros, em perspectiva diversa, indicam a influência do positivismo autoritário e modernizador, ideologia predominante no Rio Grande do Sul e determinante na formação da política de Getúlio Vargas e de seus companheiros de armas que depuseram o governo da Primeira República ” (MARTINHO,2008:59).

Almeida Moura comenta este espírito nacional e fala sobre o momento transitório do golpe de 1937 do Estado Novo.

“Não pendemos nem para o extremismo da esquerda, nem para o da direita. Aquele seria repellido unanimemente pela consciência Nacional. Nos dias subsequentes ao da instituição do regime, houve razões para supor que o Estado Novo se confundira com o Integralismo, tal o calor da adesão que este levou ao Presidente da República... Depois a dúvida se desfez, informações inequívocas puseram termo á discussão. O regime era democrático e representativo. Não era nem integralista, nem fascista ” (MOURA,2002: 77).

Sobre o estado brasileiro, muitos autores opinam sobre a posição aparentemente fascista que o regime seguia.

Para Boris Fausto, a aproximação do Integralismo na construção do Estado Novo pode ter influenciado a visão fascista sobre o governo brasileiro, que por sua vez fazia questão de negar, justificando que partilhava dos integralistas apenas os ideais nacionalistas.

“Como se sabe, para chegar ao desfecho do Estado Novo, o país passou pela irradiação do movimento integralista, de corte fascista, do qual o Estado Novo tratou sempre de guardar distância, no plano ideológico. É significativo assinalar os esforços que os formuladores teóricos do regime de 37 fazem no sentido de demarcar suas diferenças não só com o integralismo, como também com o nazi-fascismo. Para serem consequentes, eles não podiam admitir que recebiam forte influência das ideias autoritárias vigentes no mundo, pois

⁵ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes.” Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil”. In Pinto, António Costa, *O Corporativismo em Portugues: estado, política e sociedade do Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008 (51-83).

criticavam o liberalismo por ser um decalque de ideias importadas, cuja aplicação no Brasil era artificial e contraproducente” (FAUSTO,1999: 18).

A importância do Integralismo no período que vai de 1934 a 1937 é o de massificação nacionalista brasileira tanto que, no ano de 1936, o movimento se transforma em partido e lança Plínio Salgado como candidato a presidência.

Há que lembrar também que, no ano de 1935, houve no Brasil um movimento que tentou implementar o comunismo no país, a Intentona Comunista. Elaborada por Luís Carlos Prestes, líder da Aliança Nacional Libertadora, A.N.L. Esta entidade política de esquerda era a principal oposição ao governo, e tinha como objetivo impedir o fascismo e o imperialismo no país. Organizava concorridos comícios onde criticavam o atual regime e o presidente Getúlio Vargas, que por sua vez, ordenou o fechamento da organização com base na Lei de Segurança Nacional.

Luís Carlos Prestes, em conjunto com integrantes da extinta A.N.L. e com apoio da URSS, organizou no Rio de Janeiro, Natal e Recife um plano que propunha a tomada do poder a partir das forças armadas, mas foi abafada pela polícia política e teve seus membros presos, torturados e deportados. Esta ameaça comunista serviu para intensificar a ditadura e a censura no país, e para a elaboração do Plano Cohen que, em 1937, justificaria o Golpe de Estado de Getúlio Vargas.

“Os planos de golpe aguardavam agora algum novo movimento dramático no Rio de Janeiro. Impacientando-se com os manejos de Vargas, Góes Monteiro recorreu a um estratagema conhecido: o Estado Maior do Exército, de repente, «descobriu» um documento que se propunha a ser o plano de combate de uma revolução comunista. Apresentaram uma falsificação grosseira conhecida como Plano Cohen, fabricada, como sugeria o título, pelos integralistas e entregue a Góes Monteiro por um oficial integralista... foi levada a Dutra e Getúlio, que aprovaram como pretexto para o seu golpe.” (SKIDMORE,1976:48).

Mas não foi apenas o Plano Cohen o responsável pelo Golpe de Estado brasileiro. A tensão que rondava as eleições presidenciais no ano de 1936 também foram motivo para se tomar providências drásticas por parte de Getúlio Vargas.

O que levou, no ano de 1937, ao uso do Estado de Guerra foi o conflito entre Getúlio e o candidato do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, gerando um clima de tensão armada no sul do país, que levou também o ministro da guerra a sugerir a intervenção das forças armadas, com a intenção de evitar conflitos à porta das eleições. Tal tensão era devido ao fato do candidato indicado por Vargas estar se distanciando das intenções de votos, em relação ao candidato rio grandense, que temia a manipulação dos votos por parte do atual poder de estado, questionando a veracidade das eleições.

Após este clima tenso e ao Plano Cohen, Vargas dá o Golpe de Estado, alegando falta de segurança nacional não apenas contra a veracidade das eleições, mas também para proteger o país de uma nova investida comunista e evitar o extremismo integralista no poder, limando as suspeitas de corrupção eleitoral e de, a partir do Plano Cohen, uma reviravolta, tanto por parte dos integralistas que agora tinham um candidato a presidente e que poderia parecer uma “salvação” a também ameaça comunista.

Com o Golpe de Estado, Getúlio promulga também a Constituição de 1937, que lhe dá plenos poderes e renova o mandato para seis anos. Para Thomas Skidmore “as novas

diretrizes constitucionais eram uma imitação dos modelos corporativistas e fascistas europeus, especialmente de Portugal e Itália.” (SKIDMORE,1976:50).

Nesse período, Getúlio Vargas utiliza semelhantes instrumentos fascizantes para a manutenção da ordem civil, virando-se contra o nazi-fascismo apenas nos finais da Segunda Guerra Mundial. Isso também devido às pressões que os norte-americanos faziam em toda a América Latina para evitar o alastramento das políticas totalitárias. E que no caso do Brasil, fazia fortes intervenções principalmente culturais para conseguir o comprometimento do país aos seus valores.

“Conscientes da perigosa escalada das atividades nazistas no estado, aplicam as medidas nacionalizantes. Essa dicotomia – mais aparente que real - da política brasileira de nacionalização será útil a Getúlio Vargas nas difíceis discussões que terá em breve com o embaixador alemão, Karl Ritter ”.(SEITENFUS,1983: 637).

Getúlio Vargas implementava uma política externa extremamente flexível, tentando parecer o mais neutro possível para poder se beneficiar ao máximo.

“A posição de Vargas era de neutralidade diante das disputas de hegemonia em que se encontravam as potências, no hemisfério norte, procurando obter vantagens econômicas, como no caso da siderurgia, negociando ora com a Bethlehem Steel (norte americana) ora com a Krupp (alemã) a instalação de uma usina de grande porte no Brasil ” (PACHECO,2008:5).

Vimos, portanto, que as fases principais do período foram marcadas pela Revolução de 1930 até a Constituição de 1934, evidenciada também pela eleição do presidente, caracterizado como um período conturbado e de formulação de bases para o futuro do Regime Estado-novista, que é efetivada no golpe de Estado de 1937, e se institucionaliza com a Carta Constitucional, do mesmo ano, (que para alguns autores é a constituição em si), perdurando até 1945, sempre com o mesmo presidente, Getúlio Vargas.

O Estado Novo, portanto, autoritário, com influência fascista, buscava um modelo alternativo que unificasse os interesses políticos e econômicos numa unidade nacional.

“O Estado Novo se consolida lentamente após 37. Do ponto de vista institucional, são gradativas as medidas que dão forma legal ao Estado Novo; ideologicamente, existem e subsistem diversas correntes, sem haver oficialmente nenhuma preferência: são os Azevedo Amaral, Francisco Campos, Monte Arraes e outros que tentam defini-lo, sem no entanto representarem a ditadura” (CARONE, s.d: 63).

Como vimos, Getúlio Vargas governou o país em diferentes fases e adaptou-se sempre aos interesses dos grupos dominantes. Teve extrema flexibilidade em lidar com a política interna e externa, modificando seus discursos para obter o carisma e permanecer na memória coletiva.

“A força de Vargas está em ter sabido incorporar nessa passagem inevitável pelo regime de exceção as massas, em um projeto deliberadamente voltado para o futuro” (MUSIEDLAK, 2008: 365).

O Varguismo utilizou da forte propaganda política e do punho forte aos opositores, fazendo-se necessário para a estabilização do país. O populismo foi seu trunfo para permanência no governo, que vai retomar, ainda com mais força, no seu segundo mandato.

III A aproximação dos regimes pelos diplomatas

Durante minha pesquisa, procurava semelhanças entre a política dos dois países e decidi olhar as correspondências diplomáticas, com a intenção de encontrar algo mais sólido do que suposições a respeito de opiniões de autores. O interessante é que veremos a diplomacia de ambos relacionando os regimes e aconselhando uma aproximação, legitimando a semelhança que os uniam.

Esta pesquisa foi pautada em documentos primários. Neles poderemos observar a discussão de assuntos diversos que preocupavam as embaixadas dos dois países, além de ofícios que exigiam muita cautela por parte dos diplomatas, uma vez que tratavam de aspectos dos regimes que estavam em processo de alinhamento.

É importante entender que ambos são comparáveis, no que diz respeito, por exemplo, a designação que ambos adotaram após profundas mudanças políticas, um *Estado Novo*, com características semelhantes, e com momentos políticos similares que veremos neste capítulo.

Ainda mais interessante é saber, pelo próprio Salazar, o quão especial era a relação entre os países irmãos. Não dizendo respeito ainda ao regime, mas á boa relação que se mantinha com a tal “comunidade espiritual”⁶.

“As poucas palavras que hei-de dizer, não quis deixá-las à improvisação do momento. Tive receio: sei lá o que ditaria ao coração, em tão solene e grave passagem da nossa história, a saudação fraterna, o decidido apoio, o grito de orgulho patriótico da colônia portuguesa no Brasil de que vós trouxestes os ecos fiéis e sois aqui autorizados intérpretes. Como faz bem pensar que um milhão de portugueses, em toda a gama possível das situações e da fortuna, iguais porém na origem e no trabalho, se irmanam igualmente, por toda essa boa terra do Brasil, em desinteressada devoção à Pátria que tanto mais parecem amar quanto mais se julgam esquecidos dela – e alguma razão se lhes poderia dar nisso - não se queixando do abandono, da vida áspera, do trabalho e da ausência, mas contentes apenas porque vão seguindo de longe, com o olhar, alta no céu, e pura, e brilhante, a estrela de Portugal!” (SALAZAR, 1937:273).

Sobre essa “comunidade espiritual”, é necessário informar que significa uma unidade que era comum em ambos os países. Na verdade Brasil e Portugal não reataram laços, pois eles nunca haviam sido interrompidos, a própria colônia portuguesa no Brasil compartilhava dos mesmos ideais que os brasileiros. Em um discurso de 1934, na inauguração do Instituto de Alta Cultura, Getúlio Vargas fala sobre as características dessa aproximação quando diz que “não nos prende, neste momento, nenhum elo de subordinação ou de vassalagem, quer de ordem econômica, quer de ordem intelectual, quer de ordem política ou de qualquer outra espécie. É, apenas, a aproximação

⁶ Discurso proferido no Gabinete do Presidente do Conselho em 15 de Abril de 1937, diante dos comissionados pela colônia portuguesa no Brasil para cumprimentar o Governo.

espontânea, pelo vínculo da fraternidade que nos uniu no passado e que projeta as duas nações para o futuro, entrelaçadas no ideal de um progresso comum." (VARGAS, 1934)

Além desses discursos dos líderes dos regimes, contarei, para ajudar a entender esse elo que liga as duas nações irmãs, com as palavras dos representantes de cada país, tanto no Brasil, quanto em Portugal.

Os documentos primários que mais utilizei foram as correspondências dos Embaixadores Martinho Nobre de Mello (PT) e Araujo Jorge (BR).

O representante português que mais se destacou foi o embaixador Martinho Nobre de Melo. Assim que chegou ao Brasil, em Junho de 1932, ele iniciou suas funções, enviando um ofício ao ministro dos negócios estrangeiros com as primeiras impressões, comentando da grande simpatia com que foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Dr. Afrânio de Melo Franco.

Sobre Martinho Nobre de Mello, A. Bispo referenciou que foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ex-ministro de Sidónio, um dos dirigentes da Liga Nacional 28 de Maio e responsável por um programa político apresentado em Junho de 1926, para a nova ditadura num discurso em defesa do corporativismo, de um regime presidencialista e ditatorial e economicamente industrializante.

No Brasil desenvolveu um intenso trabalho político cultural a serviço do Estado Novo Português enquanto exercia suas funções de embaixador. “No dia 1 de Outubro de 1937, pronunciou, no salão da biblioteca do palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre o ‘Intercâmbio Cultural entre Portugal e o Brasil’. Aqui, o autor de ‘Para Além da Revolução’, salientou as relações espirituais existentes entre os dois países”⁷. Além deste, Nobre de Melo é autor de “*Rumo do Brasil e Ritmo Novo*”, no que diz respeito a política, mas também escreveu romance e poesia, como “*Experiência e Compreensão*”.

Após sua posse, em 1932, enviou um relatório ao ministro dos Negócios estrangeiros, comentando sobre o Chefe do Governo Provisório:

“O Presidente Getúlio Vargas exprimiu-me os desejos de se estreitarem as relações entre os nossos países, afirmando que punha nisso todo o empenho. Pareceu-me reservado e calculado, medindo todas as suas palavras, contando-as e não querendo comprometer-se” (AHDMNE, 3P. A12. M310. Pr. 31, nº28-A, 1932).

Sobre Getúlio, comenta ainda que registrou uma frase dita por ele, em momento de maior descontração, que iria utilizar em momento oportuno. Na qual Vargas diz que “eu

⁷ BISPO, Antonio Alexandre (2007) *O Acordo Cultural Luso-Brasileiro no contexto histórico-político da propaganda, informação e do intercâmbio cultural da década de trinta: 70 anos da conferência "Intercâmbio Cultural entre Portugal e o Brasil" do Embaixador Martinho Nobre de Melo* In Revista da Organização de estudos culturais em contextos internacionais. Nº 110, In <http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>.

não seria um bom Chefe de Estado brasileiro se não fosse amigo de Portugal” (AHDMNE, 3P. A12. M310. Pr. 31, nº28-A,1932).

Com isso, inicia sua abordagem mais cautelosa ao regime brasileiro, evidenciando os aspectos pessoais de Vargas e alertando o ministério português de que essa sua empreitada seria delicada, por se tratar de um período ainda muito indefinido e recente da política brasileira.

“Tudo está confuso, girando toda a política em volta de homens e sendo assim extremamente difícil augurar do futuro. Parece poder-se afirmar, contrariamente à impressão geral que se tem em Portugal, que a antiga situação não regressará com facilidade. Os homens e partidos giram em torno do Presidente Getúlio Vargas que é muito habilidoso, jogando com consumada perícia as várias influências da direita ou da esquerda conforme lhe pareça mais conveniente. É o único poder, mais ou menos legítimo, neste momento no Brasil, e como tal geralmente reconhecido. Por isso tudo se dirige a ele; tudo procura influenciá-lo, conquista-lo, decidi-lo para seu lado. Há grande agitação, muitas conferências políticas; muito fumo, pouca pólvora. O pensamento do Chefe do Governo é que continua recolhido, enigmático para os brasileiros e, portanto, igualmente para esta Embaixada” (AHDMNE, 3P. A12. M310. Pr. 31, nº28-A,1932).

Em Portugal, vários representantes brasileiros remetiam seus ofícios ao Dr. Afrânio de Melo Franco, que ocupou o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1930 a 1934, sucedido por um curto mandato de Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, que ocupou a cadeira por poucos meses de 1934, substituído por José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores pelo período Constitucional de 1934 a 1937. Após o golpe de estado, Mário de Pimentel Brandão assumiu o ministério de 1937 a 1938, substituído por Osvaldo Euclides de Souza Aranha, que permanece até 1945.

O Ministérios dos Negócios Estrangeiros em Portugal também passou por alterações, assim como no Brasil. Em 1930 assumiu o cargo o Dr. Fernando Augusto Branco, que foi substituído em 1932 pelo Dr. César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches que ocupou o cargo apenas por nove meses (de julho de 1932 a Abril de 1933). No ano de 1933 o cargo foi para o Dr José Caeiro da Mata, este, comandou o Ministério por dois anos, substituído interinamente, apenas por dois meses, pelo Comandante Aníbal de Mesquita Guimarães até o Dr. Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro assumir em 1935. Apenas seis meses depois, Antonio de Oliveira Salazar passa a comandar, também, a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Sobre Salazar, Teixeira Soares, secretário da embaixada em Lisboa, escreveu uma biografia compacta para ser apresentada a Macedo Soares onde conta, entre a cronologia de vida, o tino para a política, principalmente financeira, e da sua influência positiva quando ocupou outros cargos como o de Ministro interino das Colônias e por fim Chefe do Conselho de Ministros.

Neste momento vamos começar a entender como os regimes se encontram em suas semelhanças e qual a singularidade de cada um.

O primeiro ponto em comum é a denominação de Estado Novo em ambos, primeiro em Portugal, no fim dos anos 20, e depois no Brasil, no fim dos anos 30.

Como vimos nos dois primeiros capítulos, tanto o regime português quanto o brasileiro apresentam características semelhantes, sendo a principal o autoritarismo. Foram países que mudaram a política vigente pós-crise de 29 e optaram por um estado autoritário para um maior controle da situação.

Em Portugal, no início dos anos 30, o que mais preocupava os representantes do Brasil em Lisboa eram as constantes tentativas de revolução, travadas sempre pela polícia, e as divergências na orientação de comando no país. Em um ofício reservado de 22 de Novembro de 1929, ao então Ministro das Relações Exteriores, Otavio Mangabeira, o diplomata brasileiro Dr. José M Cardoso de Oliveira remete que a situação entre os dirigentes sobre a orientação do regime era tensa.

“Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que de uns tempos para cá vem cada vez mais vem acentuando-se a divergencia de opiniões dos dirigentes da actual situação politica no que concerne a orientação de sua acção no encaminhamento do paiz para uma finalidade politica bem determinada; ou melhor dito, agrava-se dia a dia a divergencia das suas correntes fora e dentro dos próprios Ministérios: a conservadora, sobre a influência do Ministro das Finanças, Dr Oliveira Salazar, apoiado pelos elementos, principalmente no exército, do antigo regimen, inclusive os chamados integralistas, e a retinctamente republicana, representada, além de outros, no actual Gabinete, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comandante Jayme da Fonseca Monteiro, e principalmente pelo Ministro das Instrucções, Major Costa Ferreira. De tal divergencia dará idéia a Vossa Excelencia a inclusa cópia que consegui obter, e para a qual peço preciosa atenção, da Vossa excelencia, da carta, que não foi publicada, dirigida ao Presidente do Ministério, pelo qual o referido Ministro de Instrucção deu a sua demissão, facto que causou viva contrariedade nos meios repubicanos.” (AHIRJ, L145M2711n329-2,1929).

A carta mencionada é um desabafo do então Ministro das Instruções, Eduardo Costa Ferreira, ao presidente do ministério, Ivans Ferraz, sobre as atitudes que estavam sendo tomadas contra a república em Portugal. O governo estava dividido entre os que a atacavam e os que a aplaudiam. Diz também que uma corrente monárquica que antes foi punida com o exílio, já se encontrava de volta a metrópole ameaçando agora as medidas que o presidente do ministério e alguns ministros poderiam vir a fazer. Completa ainda dizendo que não é possível agradar a todos “pelo menos não me submeto a experiência; pois não quero vir a encontrar-me amanhã em presença de factos que a revolta imediatamente anularia mas que desmentiria tristemente a obra política que nos propuzemos realizar.” (AHIRJ L145M2711n329- 4 e 5,1929).

Apesar dos ânimos exaltados, em 1930 tudo fica mais tranquilo em Portugal após a fundação da União Nacional. As incertezas sobre a direção que o regime está tomando começam a dissipar.

Sobre a criação da União Nacional, um ofício enviado em 11 de Agosto de 1930 a Otavio Mangabeira pelo diplomata Lafayette de Carvalho e Silva explica que:

“Como vinha sendo esperado, os jornaes publicaram há dias o manifesto em que o Governo da Dictadura procure esclarecer a opinião publica a respeito da actual situação política do paiz e da maneira de o fazer entrar na absoluta normalidade constitucional. Para isso lança a idéia, aliás bem aceita, da formação de um forte partido político, denominado «União Nacional», onde terão ingresso todos os portuguezes que estejam dispostos a levar a effeito o programa de revolução de 28 de Maio, tão patrioticamente, até agora pelo menos, sustentado pelos detentores do poder. A «União Nacional», pois, será a porta aberta para que alguns homens de valor, avessos a conspirações mas filiados aos grupos que a Revolução derrubou, possam empregar sua actividade na administração publica, em benefício do paiz. Os partidarios do velho regimen, que desde o início procuraram prestigiar o Governo do General Carmona, permitindo que delle fizesse parte, na pasta das Finanças, o Dr Oliveira Salazar, como era de esperar, já se manifestaram favoravelmente á idéia, sendo de presumir que em breve seja ela definitivamente posta em prática.” (AHIRJ, L145M2711n257,1930)

Assim como em Portugal foi criada a União Nacional, em 1930, no Brasil, foi criado o Partido Único com o mesmo objetivo de unificar e organizar os poderes do regime. Até porque o Brasil passava pela mesma insatisfação política e uma crise pré eleitoral em 1933.

A visão dos colonos portugueses no Brasil referente a ditadura no país natal gerou uma forte campanha jornalística portuguesa contra a embaixada no Rio de Janeiro e contra a ditadura. Levando a polícia política a alargar as restrições também aos jornais portugueses. Anunciando uma nota da Polícia Central brasileira em vários jornais sobre a decisão de censura.⁸

Na revolta de 1932 em São Paulo, as relações diplomáticas entre os dois países ficam abaladas. O governo brasileiro recusa-se a pagar indenizações aos portugueses prejudicados pela revolta, o que gera desconforto.

O Cônsul de 2ª classe de São Paulo, Vasco Pereira da Cunha, envia ao embaixador Martinho Nobre de Melo em 26 de Novembro de 1932 um ofício em que questiona esse problema.

“Em adiantamento ao meu ofício nº.6-A, de 8 de Março último, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, segundo me informa a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, este governo recusa-se a indemnizar os cidadãos portugueses pelos prejuízos sofridos durante a ultima revolução (excepção feita para os casos em que houve requisições militares), aconselhando, quando muito, o recurso dos interessados aos tribunais. O que esse recurso praticamente poderá valer, parece-me desnecessário acentuá-lo, tanto mais que, como nota o Excelentíssimo Senhor Doutor Martinho Nobre de Melo, não existe legislação que expressamente

⁸ Ver Anexo I. Censura Imprensa Portuguesa- AHDMNE, 3P A568 Pr. 436,1 nº 6-A.

responsabilize o Estado perante os particulares pelos prejuízos sofridos em casos de guerra civil. (AHDMNE, 2P A50 M68-A Pr.35,1 nº 018,1932)

Como argumento, o ministro Cesar de Souza Mendes lembra ao Cônsul de São Paulo que, em 1927, Portugal indenizou famílias brasileiras envolvidas no movimento revolucionário, e reclama agora o mesmo auxílio para os portugueses prejudicados em situação semelhante.⁹ Os documentos que seguiam não apresentaram quaisquer esperanças de sucesso no pagamento das indenizações por parte dos brasileiros, e muita preocupação no Cônsul em São Paulo e no embaixador no Rio.

Esse conflito mencionado por Souza Mendes foi da Revolução de Fevereiro de 1927, ocorrida inicialmente no Porto, ao qual militares e civis republicanos se levantaram contra a Ditadura Militar, sendo derrotada logo a partida. Porém, houve em Lisboa um reflexo deste movimento que envolveu também socialistas, anarquistas e comunistas. Destas tentativas revolucionárias resultaram centenas de mortos, feridos e muitos prejuízos materiais, além de deportações e prisões dos envolvidos no movimento. Entre os prejudicados estavam brasileiros que foram, como consta no documento acima mencionado, indenizados pelo Estado Português.

Heloísa Paulo comenta esse apoio, buscado pela colônia, nos representantes da embaixada de Portugal.

“Por vezes, frente à necessidade de entendimento com o governo brasileiro, a colônia recorre à imprensa, caso a censura o permita, ou ainda, as influencias dos representantes diplomáticos. É o que ocorre, por exemplo, em 1932, quando o Estado brasileiro limita o envio de remessas de capitais para o estrangeiro, o que gera os protestos dos jornais da colônia, proferidos, no entanto, sob forma de apelos.” (PAULO, 1997:155)

Em Junho do mesmo ano uma nota no jornal *Gazeta de Notícias*, escrita por Américo Palha¹⁰ exprime uma opinião muito negativa quanto aos portugueses no Brasil que preocupa o Cônsul em São Paulo, José Luiz Archer. Este emite ao Ministro dos Negócios estrangeiros em Lisboa seu parecer, em que salienta não ser um caso isolado e de apoio por parte de muitos brasileiros, preocupado com a lusofobia existente no país.

“Seria um erro não atribuir importância a estas manifestações de estúpida lusofobia. Em primeiro lugar, porque apesar de estúpidas – ou talvez por isso mesmo – são as que encontram maior eco junto ao grande publico. Em segundo lugar, porque não são as únicas. Outras há, feitas em tom diferente e com mais inteligentes argumentos, se bem que o facciosismo dos «jacobinos» brasileiros os leve por vezes, mesmo quando têm responsabilidades intelectuais, aos mais grosseiros atentados contra o bom senso e a verdade histórica. Ainda há pouco tempo, quando por exemplo, um dos mais importantes jornais de S. Paulo, num artigo alias bem escrito literalmente, atribuía as boas qualidades da população paulista à sua ascendência índia...e espanhola. Dir-se-hia, ao ler este artigo (escrito num dos

⁹ AHDMNE, 3P A12 M310 Pr. 31 nº 10

¹⁰ Ver Anexo II sobre lusofobia na imprensa Brasileira - AHDMNE, 3P A11 M348 Pr 33,1 nº111.

primeiros jornaes de S. Paulo, repito) que foram espanhóis os «bandeirantes» que desbravaram, cultivaram e povoaram este Estado”. (AHDMNE, 3P A11 M348 Pr 33,1 nº111,1932)

Em Outubro do mesmo ano o *Diário Português* é suspenso por ter noticiado de forma conflituosa um tratado de comércio entre Portugal e Brasil, resultante da saída do redator do jornal e de acordos para respeitar tanto a política portuguesa, quanto a brasileira.¹¹

Ainda sobre o fecho do jornal, Martinho Nobre de Melo escreve, em 05/10/1933, que “o *Diário Português* ficou inteiramente isolado, numa emergência e perante uma medida policial, de que só ele tem de queixar-se”. E ainda revela que o diretor do jornal deixou influenciar-se por “elementos provocadores que o comprometem e lhe arrastam o jornal para as piores atitudes, provocando a inimizade da imprensa brasileira e a hostilidade da Direção Geral da Publicidade da Policia”. (AHDMNE 3P A12 M310 Pr. 31 nº53-A,1933). Após cumpridas as cláusulas, o *Diário Português* voltou a circulação, mas foi uma forma de aviso da polícia brasileira para a imprensa portuguesa, de que não tolerava intervenções nos acordos ou negócios estrangeiros.

Havia, portanto, opositores ao regime português, colonos que não aceitava a ditadura em Portugal e driblavam a censura para atacar e difamar a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro.

Em documento de 2 de Fevereiro de 1933, Martinho Nobre de Melo denuncia opositores da ditadura ao Ministro dos Negócios estrangeiros, e esclarece que no Grêmio Republicano Português está o núcleo duro dos apoiadores do Estado Novo Português:

“Tenho procurado atrair os republicanos moderados a uma política nacional, que respeita o Governo de Lisboa e acata a Ditadura. Tenho encontrado, evidentemente, grandes opositores. Mas felizmente, a minha política nacional vai triunfando. Assim o Grêmio Republicano Português, o único centro histórico desta nossa colónia já se aproximou de nós. O convite para eu presidir á sessão comemorativa do 31 de Janeiro é bem significativo. Assim, tiveram que ir abrigar-se no Centro Afonso Costa, grémio essencialmente partidário, os exaltados ou esgrimistas como Dr. José Prestes e o Sr. Ilídio Nunes, que não acatam a Ditadura. Mas a maioria dos republicanos sensatos e sinceros está no Grêmio Republicano Português e adoptou para com a Embaixada uma atitude respeitosa e cordata”. (AHDMNE 3P A12 M310 Pr. 31 nº 2-A,1933); sublinhado no original

É, portanto, informado ao ministério sobre a oposição, dando nome e local onde costumam se reunir, excluindo membros do Grêmio Republicano Português desta oposição à ditadura. Porém, mais a frente, irá se notar que aqui também ficou uma

¹¹ Ver AnexoIII, sobre suspensão do *Diário Português* - AHDMNE 3P A12 M310 Pr.31 nº53-A.

sugestão de investimento em mais centros de apoio aos colonos, que se irá verificar com os projetos futuros de aproximação que Portugal tenta fazer com o Brasil.

Em 1934, ano da promulgação da constituição brasileira, e também da eleição presidencial, onde Getúlio Vargas, até então chefe do Governo provisório, é eleito Presidente da República.

Neste mesmo ano, sobre tal acontecimento Martinho Nobre de Melo continua dizendo que os ares continuam densos por conta da aproximação da votação da constituição, e ainda comenta a ameaça de uma ditadura militar pelo descontentamento dos elementos revolucionários que não acreditam que o poder tenha mudado desde 1930, que tudo continua “nas mãos dos velhos políticos”.

Fala sobre Góes Monteiro, militar de grande habilidade e figura forte do Estado desde a Revolução de 1930 e importante personagem no fim da Revolução de 1932 em São Paulo. Martinho ainda comenta que a Góes Monteiro foi oferecida a candidatura à presidência, mas ele recusou por não querer concorrer com “Dr. Getúlio Vargas, e não ter nenhum interesse em ser presidente eleito . Interpretou-se unanimemente o seu pensar deste modo: «quando eu for Chefe de Estado, se-lo-hei por imposição do exército e da Nação e não por delegação dos políticos» ”.

Fazendo notar sua preferência por um líder militar no Brasil e deixando para análise esta afirmação de Góes Monteiro de que tomaria o poder apenas através de uma intervenção militar no país. Para muitos historiadores brasileiros, era exatamente isso que a oposição ao regime Vargas queria, um golpe militar para retirar a personagem que havia perdurado por muito mais tempo do que imaginavam, havendo uma campanha forte para que Góes Monteiro assumisse o poder.

Gerra Duval (Adido da Embaixada) envia um relatório ao Embaixador Felix de Barros Cavalcante de Lacerda em 18 de Abril de 1934, extremamente preocupado com boatos sobre uma possível renúncia de Oliveira Salazar do governo.

“ Há uma quinzena, fui informado de que, no seio do gabinete português, havia surgido uma crise política, que poderia traduzir-se, de maneira geral, em profundas divergências de caráter pessoal entre o Doutor Oliveira Salazar, de um lado, e ministros e oficiais generaes, do outro” (AHIRJ 415-4-5n54, 1934).

No relatório comenta sobre boatos de que Oliveira Salazar estaria em divergência com o Presidente, e também que surgiram comentários de que Salazar também estaria com conflitos pessoais e decidido a se retirar para sua terra natal, abandonando a política. Já haviam falado também na possibilidade de uma recomposição ministerial, caso Oliveira Salazar permanecesse como Chefe do Conselho de Ministros. E completa:

“ Nestes últimos dias, tornando-se a crise particularmente aguda, surgiu a notícia de que o Doutor Oliveira Salazar deixaria o Governo. Os jornaes de 17 do corrente deram, em negrita, e com particular destaque, a `nota oficiosa`, desfazendo a atordoada de supostas divergencias entre o Chefe do Estado e o Presidente do Conselho. Esses fatos mostram que a crise continua latente e que é, até o presente

instante, a mais grave que, no último anno, tem salteado o atual Governo. Teme-se, de momento para outro, a sua subita agravação, com imprevistas consequências. Fala-se na possibilidade de serem os elementos oposicionistas arregimentados sob a chefia do general Viscente de Freitas que foi presidente do Conselho de Ministros anterior ao atual”. (AHIRJ 415-4-5n54, 1934).

Podemos reparar que, tanto no Brasil, quanto em Portugal o ano de 1934 foi de tensão política e pautado em muitos boatos sobre o futuro dos regimes. O que não se comprovou, nem no Brasil, onde Getúlio foi eleito sem grandes preocupações, nem Portugal com Salazar permanecendo no governo por muitos anos.

Esse clima, pode ter sido gerado pela situação mundial que estava se formando e que passava a se aproximar muito dos dois países. A força que o comunismo estava tomando em governos autoritários, fazendo com que a oposição se aliasse a eles e articulasse algum tipo de revolução contra o regime assustava os dirigentes e fez com que tomassem medidas imediatas para travar esse avanço.

O medo do advento comunista foi utilizado, em ambos, para justificar o endurecimento da Ditadura e fascização dos Regimes. No caso de Portugal, o medo de que a vitória dos republicanos na Guerra Civil de Espanha inspirasse um movimento comunista em Portugal, serviu como motivo para a participação no conflito ao lado dos rebeldes franquistas. E no caso brasileiro, a *Intentona Comunista* de 1935 foi o ponto de partida para a elaboração do *Plano Cohen* que, como já vimos foi o principal catalisador para o golpe de Estado getulista em 1937.

Guerra Duval comenta, exatamente sobre o envolvimento de Portugal na Guerra Civil espanhola, principalmente auxiliando as tropas espanholas e estrangeiras no auxílio aos Franquistas a fim de evitar as consequências de uma possível revolução social no país vizinho. Em relatório de 18 de Março de 1934, o diplomata remete a Cavalcante de Lacerda sobre a atual situação Portuguesa em relação a guerra civil espanhola.

“Pelas notícias chegadas ao conhecimento desta Embaixada, através de informações colhidas em diferentes meios, parece evidente que a situação, sempre mais agravada da Espanha, preocupa o governo Português e tem determinado medidas de preocupação, quem vão mesmo além da política interna. Empresta-se presença de uma Esquadra inglesa nas águas de Portugal e à vinda recente de oficiais do Exército Britânico, uma relação directa com os acontecimentos espanhóis, pois a Inglaterra estaria disposta a sustentar e defender a ordem dominante em Portugal contra os perigos da invasão ou da influência extremista, que possam surgir daquele lado. Afirma-se também, que o governo português tem recebido da Inglaterra muito material bélico e auxílios diversos, com o objetivo justo das medidas preventivas que possam acautelar e defender Portugal das consequências e do contágio duma revolução social, sempre considerada possível na Espanha. Todos estes factos, que Vossa Excelência se servirá tomar nas considerações que merecem informações impossíveis de verificar, mas que são verossímeis, tendem a demonstrar o equilíbrio instável da ordem actual em toda a Europa, mesmo nos países bem governados como Portugal.” (AHIRJ 415-4-5n.R35, 1934).

No caso brasileiro, a intentona Comunista, o plano internacional de implementação do Comunismo no Brasil, assustou o regime por sua amplitude e fez com que o governo fizesse uma caça aos subversivos, contando com a força da Polícia e do Integralismo. Mas não foi apenas o governo brasileiro que se preocupou com o acontecimento político, Portugal foi informado sobre a situação em telegramas e relatórios por seus representantes no país ameaçado.

O Embaixador Nobre de Melo também comenta sobre a Intentona, em Relatório enviado a 6 de Março de 1936 para Armindo Monteiro, mas relaciona esta agitação com as futuras eleições presidenciais, revelando que é natural que isso acontecesse no Brasil. Explica ainda que as eleições serão muito conflituosas, e que há muito jogo de interesses por trás da teia política brasileira que pode, ou não, favorecer as relações que Portugal manterá com o Brasil após esse período.

“Que houve esse levante e que tal foi duramente repreendido já o sabe V. Ex.^a. Mas tudo isso, agitação política partidária, sublevações nos quartéis, rebelião comunista, tudo isto que significado tem? Trata-se, afinal, Senhor Ministro, do fundo revolto, e por vezes sangrento, dum quadro único, alias imediatamente perceptível a olho nu: a futura eleição presidencial. É de regra, no Brasil, que a dois anos da renovação da mais alta magistratura do país se declare... a guerra política. Trabalha-se nos bastidores primeiro, representa-se activamente depois, em público e raso, nos variados palcos e cenários do país que são os múltiplos Estados nos quais se reparte e decompõe a Republica Federal. É em volta da eleição do futuro presidente que tudo se agita e vive, e muito se morre! Fazia-me recentemente um grande político e jornalista brasileiro esta curiosa e significativa revelação: «a dois anos da eleição presidencial todo o jornal se aguenta no Brasil, porque sempre encontra um dos adversários para o subvencionar». Mas que facto, de relevância, há desde já a assinalar neste complexo e tumultuoso cenário político? Alguns vou eu apresentar a V. Ex.^a que se configuram dignos de serem desde já retidos”(M.N.E 3PA1M472 nº9 A Proc 24, 1936).

Portugal também passou por uma tentativa de sublevação comunista em 08 de Agosto de 1936, Araujo Jorge, em telegramas enviados á Embaixada, comenta sobre um atentado ocorrido em navios Portugueses.

“O comunicado oficial esclarece que o movimento subversivo não teve participação da officialidade, e que os marinheiros, trabalhados por elementos comunistas, pretendiam conduzir os navios de guerra até valença e pol-os á disposição do Governo de Madrid. O bombardeio causou oito mortos entre sublevados, ficando um dos dois navios consideravelmente avariado” (AHIRJ L1101M2175n49, 1936).

Em um Oficio datado de 10 de setembro de 1936, ao Ministro Macedo Soares, Araujo Jorge esclarece todo o ocorrido, inclusive das punições aos envolvidos e o que realmente aconteceu.

“ Parece, no entanto, que o movimento deveria contar com ramificações em outros navios e mesmo em terra. À última hora, verificaram-se defecções que precipitaram

os acontecimentos da parte dos rebeldees. Não resta duvida que civis conseguiram introduzir-se a bordo dos navios revoltados, o que causou bastante surpresa no seio da opinião pública. Mas o que não deixou de causa-la foi a circunstância de que, no momento do perigo, nas referidas unidades só se encontrava o oficial de serviço e nenhum outro membro do comando. Dahi a decisão do Governo de «reformatar os officiaes que comandavam os navios e eram, por responsáveis pela disciplina das guarnições». Para fortalecer a campanha contra o comunismo e idéias subversivas, o Governo baixou um decreto impondo aos funcionários publicos e aos organismos financiados pelo Estado a absoluta integração na ordem social estabelecida pela Constituição de 1933. Esse decreto segue em recorte anexo do «Diário da Manhã» de 10 corrente”(AHIRJ, L1101M2175n225, 1936).

Isso demonstra que, tanto Brasil, quanto Portugal tiveram de tomar atitudes mais duras para travar a oposição, se utilizando de abordagens mais severas e punições que acabaram por evidenciar a Ditadura e aproximar os regimes ao fascista.

Os diplomatas portugueses admiravam-se com a força da Ação Integralista Brasileira, movimento que também existiu em Portugal, mas apenas no Brasil formou uma política ativa. Como comenta o Cônsul José Luiz Archer, em 24/01/1935 para o ministro dos Negócios Estrangeiros Caeiro da Mata.

“Tenho a honra de remeter á Vossa Excelência 7 recortes de jornais referentes ao 1º. Congresso Provincial de Acção Integralista em São Paulo. Com menos de 3 anos de existência e de propaganda a Acção Integralista brasileira tem obtido notável êxito, especialmente entre mocidade, estudantes e militares, sendo no Brasil a única organização nacional e não apenas estadual, como os partidos políticos” (AHDME 3P A1 M472 Pr. 42 nº 3-A, 1935).

Esta força ativa era notável, sendo em todo o país um movimento muito forte, que não encontrou dificuldades com o governo, até a candidatura a presidencia por seu líder Plinio Salgado, isso interessou os diplomatas portugueses, primeiro pelo fato de carregarem o mesmo nome que a o extinto Integralismo Lusitano, e depois por irem mais além do que o Nacional-Sindicalismo.

Giselda Brito Silva afirma,em seu artigo sobre os Integralistas, que Os Integralistas possuíam um caráter extremamente nacionalista. Organizavam, paradas de tipo prussiano para propagar o racismo, anticomunismo e a oposição à democracia liberal e á política oligárquica. Também crescia o número de conservadores que apoiavam o Integralismo sob o lema “ Deus Pátria Família”. Mas o integralismo se aprofundou ainda mais na sua campanha politica para o Estado, “Com uma visão de Estado corporativo, com força para anular os conflitos de classe e impor ordem e disciplina à sociedade”(TEXEIRA,1993:272). Como não podemos deixar de reparar, esta máxima integralista “Deus Pátria Família” é idêntica à salazarista, o que nos indica mais um ponto em comum entre ambos.

O Integralismo também existiu em Portugal, primeiramente com este mesmo nome, e depois, identificado como Nacional/Sindicalismo, como explicado anteriormente.

Possuía as mesmas características que o movimento brasileiro e também serviu de base para a «crispação fascizante» do Estado Novo. No caso brasileiro, o integralismo ainda foi mais longe, tornando-se um partido e tendo direito a lançar um candidato às eleições presidenciais de 1937, Plínio Salgado, que foi o representante integralista. Porém, ambos entraram para a ilegalidade, a AIB foi logo após o Golpe de Estado e os IL em 1934, quando o movimento foi desmembrado em Portugal.

A Itália estava bastante interessada em ambos os regimes e começava a preocupar Portugal, no que diz respeito à influência italiana na colônia portuguesa no Brasil.

Outro ponto que foi chamado a atenção ao Ministro Armindo Monteiro foi a Casa de Portugal e a importância que a Casa de Itália, no Rio de Janeiro teve na decisão de se apressar as construções dos alicerces portugueses no Brasil. Em Ofício enviado a Armindo Monteiro de Martinho Nobre de Melo á 30 de Março de 1936.

“É um acontecimento de grande significado e de larga projeção. A Itália de Mussolini não se tem preocupado somente com trocar mercadorias com o Brasil. Compreendeu que os laços espirituais podem mais que os materiais. Isto se viu recentemente quando o Brasil se recusou, com uma energia impressionante, a aderir á política das sanções contra aquele país”(ANTT AOS/CO/NE 4D (4), 1936).

Neste momento, a Itália havia sido sancionada pelo Tratado de Veneza pela invasão da abísínia, na Etiópia, com o pretexto de “civilizar” o país e direcionar a superpopulação italiana para outros territórios. Tal pretexto não foi aceito, pois jugaram que a Itália estava com outros projetos de ocupação territorial no continente africano, e impediram qualquer vínculo com o país, algo que o Brasil não o fez.

Sobre o antigo embaixador italiano, Cerutti, Nobre de Melo comenta que era grande diplomata, “mas convinha dar-lhe um posto menos político e mais eminentemente diplomático”. Já o seu sucessor, Roberto Cantalupo, diz que era um revolucionário fascista, tinha total apoio de seu governo e seu objetivo era “unificar a colônia italiana na ideologia mussoliniana e operar o ressurgimento do prestígio de Itália junto aos brasileiros”. Cantalupo era um homem de confiança de Mussolini, enviado ao Brasil com carta branca para fascizar a colônia Italiana no Brasil e essas atitudes preocuparam os diplomatas portugueses, pois essa influencia Italiana no Brasil poderia colocar em risco a relação estreita que o Portugal tinha com seu país irmão. Sobre seus feitos Nobre de Mello comenta que:

“Assim pode ir realizando com segurança obras admiráveis: um Instituto Italo-brasileiro de Alta Cultura (subvencionadíssimo...pelo Governo italiano); permutas constantes de intelectuais e professores universitários; criação de cursos e de escolas; e enfim esta grandiosa Casa de Itália, agora inaugurada com grande festa, o que tudo trouxe um acréscimo incalculável de prestígio para o Fascismo junto dos próprios italianos do Brasil (dos quais grande maioria lhe era violentamente adversa!) e um prestígio incomparável para Mussolini (que não existia de todo a bem pouco) junto do Governo e do povo brasileiro” (ANTT AOS/CO/NE 4D (4), 1936).

Como se pôde reparar algumas instituições possuem o mesmo nome que as instituições portuguesas no Brasil, e Nobre de Melo chama a atenção para a importância que tais organismos possuem na divulgação da cultura e da ideologia política de Itália em território estrangeiro, sendo necessário utilizar do mesmo exemplo para atrair a atenção para Portugal. Como havia dito anteriormente, era necessária a criação de instituições deste gênero para evitar a proliferação da oposição ao regime português no Brasil.

“Esta Casa de Itália, onde vão funcionar sem discrepância as associações italianas, o quotidiano fascista do Rio de Janeiro, as obras de educação e de preparo «fascietissimo» da mocidade italiana do Brasil, o consulado, ginásio e escolas, tudo dentro da ideologia mussoliniana e tudo sob a orientação de uma autoridade consular de absoluta confiança e a permanente vigilância da Embaixada, é um exemplo para o qual tomo a liberdade de chamar muito intensamente a atenção de Vossa Excelência. De resto não aconselho todos os meios empregados para se conseguirem fins idênticos em nosso proveito, já que mesmo o Estado Novo português está longe de ser tão totalitário e centralizador como o italiano”. (ANTT AOS/CO/NE 4D (4), 1936).

É respondido, pelo Secretário Geral Sr. Fernando Eduardo de Freitas Teixeira, em um telegrama confidencial, que enviasse o pedido de abertura da Casa de Portugal a Salazar, concordando com importância do projeto e apoiando-o nesse pedido. Mostrando o interesse e o significado de se ter uma instituição de apoio aos colonos tão boa quanto a italiana, sendo um projeto de grande validade para cativar também os brasileiros para a cultura portuguesa.

A real importância de uma Casa de Portugal no Brasil era, além de cultural e de suporte aos colonos, também uma boa maneira de censurar os apelos contra o regime português que haviam sido previamente censurados a pedido da própria polícia brasileira. A Casa de Portugal impediria tais oposições e serviria como um ponto de captação da opinião pública portuguesa no estrangeiro.

Já sobre o Brasil, Afranio de Melo Franco recebeu, de Roma um Ofício reservado intitulado de “Tendência fascistas na América do Sul” datado de 12 de Novembro de 1933. Remete um artigo de jornal romano¹² e comenta sobre o papel no fascismo no Brasil.

“Essas apreciações contrastando com as referentes aos Estados Unidos a proposito da represão às organizações fascistas, têm despertado certo interesse nos circulos politicos de Roma. Quanto ás referencias ali feitas ao partido integralista no Brasil, especialmente nos Estados de Minas Geraes, convem mencionar que elas reproduzem as noticias divulgadas, desde alguns meses, sobre a indole fascista do partido chefiado pelo Sr. Plinio Salgado.” (AHIRJ, L159M2830n239, 1933).

Esta correspondência apenas salienta a importancia que a Casa de Itália teve no Brasil e o retorno que o fascismo obteve no país. Ressalta também a figura de Plínio Salgado,

¹² ANEXO IV. Artigo de Jornal Romano sobre a tendência fascista na América do Sul - AHIRJ, L159M2830n239

remetendo o Integralismo brasileiro ao fascismo Italiano, contrastando com o forte apelo anti fascista que os Estados Unidos trabalhava em toda a América Latina.

Sobre Plínio Salgado, Giselda Silva comenta que ele não era influente apenas no Brasil, comenta sua popularidade entre os intelectuais portugueses “ A figura de Plínio Salgado se destaca pela sua representação de uma doutrina política cristã, associada às raízes da colonização portuguesa”. Mas a autora também evidencia este mesmo pensamento em outro autor, João Ameal¹³ que consideram que o integralista brasileiro “soube recuperar no século XX o valor da colonização portuguesa, por ter declarado tantas vezes que o Brasil devia sua formação e cultura social e política «ao mundo lusíada»”(SILVA, 2008:214).

Plinio Salgado estava se tornando tão influente que foi indicado a candidato nas eleições presidenciais brasileiras. Porém o país estava passando por algumas mudanças, e atritos nesse período pré-eleitoral.

Nobre de Melo envia a Portugal em 06 de Março de 1936, sua opinião sobre a forma de governo brasileiro e tenta explicar a tensão pré eleitoral que se sentia em 1936, e neste mesmo relatório, comenta também sobre uma nova fórmula, apresentada como um plano de governo.

“A formula encontrada é apelidada: a « formula do governo de gabinete». Sabe V. Ex^a

Senhor Ministro que governo de gabinete não é outra coisa, no Direito político, do que governo parlamentar. Mas, aqui, e para as necessidades do momento, distingue-se. Não se trata de parlamentarismo, diz-se. Trata-se de uma formula que permite a colaboração de todos os partidos no Governo. Em que se fica? Em verdade, ao ler-se atentamente a formula, verifica-se que se trata de um regimen intermediário: nem presidencialismo, nem parlamentarismo puro. (...) Aliás ele parece-me mesmo oferecer uma base curiosa de estudo que poderá vir a interessar no nosso pais para efeito de futuras experiências constitucionais!” (AHDMNE 3P A1 M472 Pr. 24 nº9 A, 1936)

Tal acordo foi feito no Rio grande do Sul, e foi recebido no Rio de Janeiro com alguma inquietação, dividindo as opiniões, dentre elas destacam-se algumas correntes.

Uma corrente interpretou-o como sendo um belo gesto nacional de congraçamento e um exemplo a seguir em outros Estados “«um nobre exemplo de isenção de ânimo pondo de lado os motivos de separação e de ódio, para fortalecer as instituições e melhor ampará-las contra o ataque dos seus adversários» (chegou-se a escrever isto) [SIC]”(AHDMNE 3P A1 M472 Pr. 24 nº9 A, 1936).

Outra corrente observou o interesse pessoal dos reconciliados, pensavam que os oposicionistas estavam cansados do ostracismo e pretendiam forjar uma maneira de partilhar os benefícios do poder com os adversários.

¹³ João Ameal, renomado historiador português, conhecido também por 3º Conde do Ameal, foi um grande colaborador do Estado Novo português citado por sua entrevista a Plínio Salgado compilada em um livro; “Plinio Salgado, *In Memoriam*, de 1986 .

Uma terceira corrente analisou o aspecto jurídico, declarando a fórmula inconstitucional, argumentando que a República Federal é presidencialista.

E segundo o próprio Martinho havia a corrente dos práticos e entendidos em política que pretendiam revelar do que realmente se tratava o acordo gaúcho.

“E dizem estes: muito bem, belo exemplo, esse conagraçamento. Muito bem; excelente ideia, a de «visar fortalecer a autoridade do Governo Federal pelo apoio de todas as forças partidárias de um determinado Estado coligadas, formando bloco». Simplesmente, perguntem, porque é que «precisamente depois de concluída a pacificação, se iniciou no grande Estado sulista uma violenta campanha jornalística contra o Governo Federal?»” (AHDMNE 3P A1 M472 Pr. 24 nº9 A, 1936)

Finaliza seu ofício, com uma observação interessante acerca das expectativas que nutria a respeito dessas mudanças e também da sua decepção com o desenrolar dos acontecimentos políticos.

“ Não oculto a V. Ex^a que este aspecto eminentemente «pessoal» que vai assumindo a luta pela sucessão da Alta Magistratura do país me descontentou e desconcertou. Já eu estava antevendo com grande júbilo uma grande batalha em volta de princípios: o Rio Grande do Sul empenhando o estandarte do «governo de gabinete»; São Paulo desfraldando o pendão do Presidencialismo! Começava a afigurar-se-me pois, para mais sendo um professor de ciências políticas, bem interessante e proveitoso o rumo das coisas e das ideias, neste país. Talvez mesmo, pensava eu, viesse a resultar do presumido entrechoque uma grande ligação política para a América do Sul e quiçá mesmo para nós...Mas, não tardou a decepção. Repor-se-ha o problema naquele pé alevantado? Eis uma afirmação a que eu bem desejaria que os factos respondessem afirmativamente. Aqui tem V. Ex.^a, Senhor Ministro, um panorama a actualidade brasileira. Colhi-o, em grande parte, nas conversas directas com homens públicos do país, muitos deles os próprios autores e fautores dos acontecimentos em marcha...” (AHDMNE 3P A1 M472 Pr. 24 nº9 A, 1936).

Portugal também estava politicamente tumultuado, pois as divergências entre Oliveira Salazar e os Ministros voltou a se intensificar, como conta Teixeira Soares em ofício datado de 16 de janeiro de 1936, encaminhado a Macedo Soares.

“ Não pretendo deixar de pôr Vossa Excellencia ao corrente do que se diz nos circulos que se consideram bem orientados e pondo na devida reserva as informações que tem chegado ao meu conhecimento, posso a expor-lhe em linhas geraes o que consta no tocante à crise política que, de facto, existe, embora latente. O actual Ministério, como aliás, o anterior, defronta com dois problemas de grande importância: a questão militar e a questão do trigo.[...] o ilustre estadista português está physicamente cansado e os medicos já lhe recomendaram um repouso longo, na provincia, ou memso no estrangeiro. Por outro lado, há a considerar a circumstancia bastante importante do estado de saúde do Doutor Oliveira Salazar,

que, segundo tenho ouvido a pessoas bem informadas, é de requerer cuidados. Assim, aquelle estado physico pode talvez explicar certas irritações do Presidente do Conselho (segundo me afirmaram pessôas bem informadas), que teem desagradado especialmente a alguns militares prestigiosos, já de si desgostosos com a possível lentidão com que o Presidente do Conselho encara o problema da reorganização militar, ao contrário do que tem feito a Marinha. [...] os circulos monarchistas andam bastante animados com a situação que o principe Dom Duarte Nuno conseguiu, há pouco, no estrangeiro, havendo sido conidado para assistir ao casamento do Duque de Gloucester. O facto de ter sido, também, convidado a almoçar na Embaixada de Portugal em Londres, creou um caso sensacional e acarretou a demissão do Embaixador Ruy Ennes Ulrich, que foi substituido pelo Senhor Alberto d'Oliveira.” (AHIRJ 415-4-5 n 27, 1936).

Como vimos, ambos os regimes passavam por problemas internos, o Brasil com o clima tenso de pré-eleição e Portugal com uma crise entre os Ministros que gerava boatos sobre uma possível volta da Monarquia.

Alheio aos acontecimentos, estava ocorrendo o projeto de acordo Comercial entre Brasil e Portugal.

As notícias relacionadas com a economia brasileira começam a se intensificar em 1936, sobretudo relacionadas com as dívidas externas do Brasil e da situação econômica nacional. Francisco de Paula Brito Junior envia a Oliveira Salazar um ofício em 1936 que diz:

“As perspectivas são, pelo que se vê, promissoras – mas incertas. Sem estatísticas, e sem roteiro certo, apenas tacteamos em probabilidades, escorados pelo senso comum. O certo é que o êxito económico deste ano depende da adopção de cinco medidas fundamentais: (1) da inteligente conclusão dos novos tratados comerciais, (2) da não valorização do café, (3) da propaganda comercial do Brasil no exterior, (4) do equilíbrio orçamentário e (5) da não inflação, sob nenhum modo ou pretexto, do meio circulante.” (AHDME 3P A568 Pr.436,1: nº9-B,1936).

Sobre tais preocupações econômicas, Portugal inicia seus objetivos comerciais com a intensificação dos planos, já em andamento desde meados de 1935. Como é o caso da Missão Comercial, e de outros projetos que Salazar pede para serem conferidos de perto por pessoas de sua confiança, como o Comendador Albino Souza Cruz, um homem de experiência na indústria do tabaco no Brasil que substitui sua vida empresarial para ser o diretor do Real Gabinete Português de Leitura .

Sobre esse plano, Souza Cruz comenta com Oliveira Salazar os avanços e projetos em carta datada de 03 de Maio de 1935.

“Pelo exposto tem se realizado quasi todos os assuntos de que me encarreguei, como sejam: Fundação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura – a ser inaugurado muito breve em Lisboa, e o valimento do decreto de Utilidade Pública do real Gabinete Português de Leitura, agora regularizado. Resta apenas a Missão

Comercial que, por ser mais complicada e abranger diversas modalidades, deve carecer de estudos especiais para atingir o fim colimado. Estamos reorganizando a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria para ficar em condições de satisfazer as exigências do seu Estatuto, isto é: promulgar pelo desenvolvimento das nossas relações comerciais com o Brasil.” (ANTT AOS/CO/NE 2A (11), 1935).

Este documento evidencia os planos econômicos que Portugal pretendia implementar no Brasil, esta Missão Comercial será tão bem estudada que apenas em Agosto de 1938 chegará no Rio de Janeiro. Muitos ofícios, não apenas de Martinho Nobre de Melo, mas de outros diplomatas e notas do próprio Salazar, abordavam esta questão da Missão Comercial com muita cautela a preparo, foram preparadas listas de pessoas que iriam a esta missão, com qualidades diferentes que iam de engenheiros á agricultores, onde não se diziam ao certo qual a finalidade específica de cada um, mas é correto afirmar que se tratava de um projeto importante para estreitar a relação comercial entre os países a longo prazo. No ano de 1933, foi formalizado, no entanto, um Tratado de Comércio entre os dois regimes que já mostrava esse interesse de ligação comercial entre os dois países¹⁴, faltando apenas a organização da Missão Comercial.

A forma como Getúlio Vargas conduziu seus mandatos, contou com uma base popular forte e uma maneira sábia de convencer os militares e Ministros, a permanecerem a seu lado no poder.

O populismo no Brasil foi uma forma de governo propagandista do líder político. Segundo artigo de Emerson Urizzi Cervi¹⁵, que cita grandes autores especializados no em estudos sobre populismo, como é o caso de Worsley, que explica quais as formas de se estudar o populismo: “como um fenômeno de origem social, como uma forma de governo ou como uma ideologia específica” (CERVI, 2001:151), mas acontece quando reúne alguns dos elementos tratados por Weffort, “surge quando há uma massificação de amplas camadas da sociedade que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica; quando há uma perda da representatividade e da exemplaridade da classe dirigente; quando há a presença de um líder dotado de carisma de massas”¹⁶.

Nos países latino-americanos nas primeiras décadas do século XX, o populismo encontrou a função de evitar a onda comunista, representava a promessa de um Estado forte e comandado por uma liderança carismática que seria capaz de combater esse perigo no continente.

“Pode-se dizer que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930 e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas. É sob essas condições que surge o "Estado de compromisso", em que a categoria "manipulação" não é proposta de maneira unidirecional, mas possuindo

¹⁴ Anexo V. Tratado de Comércio entre Brasil e Portugal.

¹⁵ Cervi, Emerson Urizzi. “ As sete vidas do populismo” In Resenhas revista de sociologia e política nº 17: 151-156 Nov. 2001.

¹⁶ Citação de Cervi, Emerson Urizzi, com referência de Weffort, 1989:23.

uma ambiguidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas demandas”(CERVI, 2001: 151)¹⁷.

Salazar utilizou métodos muito parecidos, mais focalizado no controle do Estado do que no carisma de massas. Foi através do “gerenciamento” das forças aliadas ao regime, por exemplo da Igreja e do Exército, que equilibrou o poder das instituições que comandam o Estado, fazendo com que tudo dependesse do seu aval para continuar. Ele traça um laço entre Forças Armadas, Igreja e propaganda política nacionalista sem nunca sobrepor um a outro, todos trabalham em conjunto nas estratégias de controle que o regime exerce sobre a sociedade.

Heloísa Paulo comenta acerca esta proximidade entre Brasil e Portugal na raiz colonial.

“ O Brasil, «filho directo» de Portugal, possuindo a maior colónia portuguesa no estrangeiro, é, sem dúvida, o principal alvo da propaganda e da acção do salazarismo no exterior. A mensagem de Salazar para a colónia portuguesa radicada no Rio de Janeiro, em 1933, traduz a tónica do discurso endereçado aos «brasileiros». O seu tom é emocional e apelativo e nem sequer é admitida a possibilidade da existência de elementos contrários ao regime” (PAULO,1997:29).

O próprio Salazar, em discurso feito em 27/03/1938 das Comemorações centenárias, diz que “ ao Brasil é devida referência especial” e explica a aproximação inevitável que os países têm, e que desde a “bifurcação do vasto mundo a situação é de terna e carinhosa solidariedade”, explica a vastidão do território brasileiro, que trata-se dum continente “um mundo novo, e dele jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão de ser herdeiros, em sagrada partilha conosco”(SALAZAR,1943:44)

Durante o início dos anos 30 Brasil e Portugal mantêm uma relação amigável, mas principalmente de observação. Vimos que passaram por momentos semelhantes que, na maioria das vezes, acompanhavam as mudanças que estavam ocorrendo em todo o mundo, coincidindo com as decisões e estratégias que precisavam ser tomadas naquele momento. Por parte de Portugal, só se comentam as opiniões a partir do chamado “Estado de Sítio”, pois até então, sendo o Governo brasileiro muito reservado, apesar de serem evidenciados pontos em comum, havia um distanciamento seguro. O que irá acontecer após o golpe de 1937 é uma maior proximidade e intercâmbio. Além de um reconhecimento assumido de semelhanças entre ambos os regimes, não apenas no plano político, mas em um geral.

Sobre este Estado de Sítio, convém esclarecer que se tratava de uma decisão do Presidente da república em consenso com o Conselho da República e da defesa nacional. Sendo possível no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência que comprovassem ineficácia de medidas tomadas durante o estado de defesa.

Consistia em: obrigação e permanência em localidade determinada; detenção em edifícios não destinados a acusados ou condenados por crimes comuns; restrições

¹⁷ Citação de Cervi, Emerson Urizzi, com referência de Weffort, 1989: 25.

relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; suspensão da liberdade de reunião; busca e apreensão em domicílio; intervenção nas empresas de serviços públicos; requisição de bens.

O que chega ao Ministério português são, em sua maioria, relatórios sobre o estado político-econômico, sociopolítico e impressões pessoais de como essa mudança afetou o país. O que vem a validar as preocupações enviadas antes por Martinho Nobre de Mello, ao comentar as agitações políticas por influência das eleições.

Já no início do ano de 1937, algumas preocupações com o estado político brasileiro forçam o adiamento do projeto de comércio que seria realizado na Feira de Amostras e Exposição no Rio de Janeiro. O Adido Comercial Carvalho Neves envia a Salazar um ofício em 10 de Abril de 1937 onde comenta:

“ O Brasil atravessa uma época de agitação e de incertezas por motivos de eleição de Presidente da República, a qual deve ser realizada no ano próximo. O xadrez político tem já mudadas algumas das suas pedras e não é impossível que outras mudem ainda. Há pouco, por exemplo, deu-se a intervenção do governo na administração do Distrito Federal, tendo sido nomeado interventor o Cónego Olympio de Mello, que ocupava interinamente, desde a prisão do Doutor Pedro Ernesto, o cargo de Prefeito do mesmo Distrito. Assim, surge o natural receio de que a Feira de Amostras d’este ano possa sofrer as consequências da época de intranquilidade que o Brasil atravessará até o fim d’este ano, quando menos.” (ANTT AOS/CO/NE 2H (4), 1937).

Martinho Nobre de Mello escreve a António de Oliveira Salazar, no dia 02 de Outubro de 1937, contando sobre o Estado de sítio implantado no Brasil no mês anterior. E diz que agora já encontra condições para fazer uma análise melhor a respeito do que pensa ser o regime brasileiro e a importância desse acontecimento da política brasileira.

“ Este acontecimento começa a esclarecer a situação política, até hoje tão confusa que era bem difícil não já compreendê-la e interpretá-la mas mesmo situa-la nos seus devidos termos. Tenho-me esforçado por acompanhar tudo quanto possa fornecer-me os dados indispensáveis para tal. Possuo grande soma de elementos de informação e de apreciação tanto oficiais como pessoais. Com eles estou já em condições de poder organizar uma exposição mais ou menos completa destinada a essa Secretaria de Estado, sendo certo que alguns prognósticos que eu vinha fazendo sobre o assunto, já tiveram um começo de realização...com a decretação do Estado de guerra.” (AHDME, 3P A11 M348 Pr 33,1 nº 97, 1937)

A seguir, a 14 de Novembro de 1937, o Embaixador português no Rio de Janeiro remete um relatório detalhado para Salazar em que relata, desde 1930 suas impressões sobre a situação do momento brasileiro. Isto porque a 10 de Novembro deste ano, é decretada uma Carta Constitucional do Estado Novo, que a maior parte dos historiadores denominam como Golpe de Estado, onde Vargas também implementa uma nova Constituição.

Nele, comenta que a Revolução de 1930 não resolveu o problema político e que a dada altura pareceu que iria desagregar totalmente o País. São Paulo desencadeou uma contrarrevolução, mas para Martinho Nobre de Melo, serviu apenas para “congrajar os paulistas com os brasileiros”. Critica a organização política federativa que origina constantemente questões quase insolúveis, o individualismo dos Estados e seus partidos que criam sua ideologia própria, não havendo, além do integralismo, partidos “brasileiros” mas apenas regionais. “Disto decorre que é bem difícil poder-se obter que um Estado, na sua unanimidade, apoie certa política nacional, certo chefe nacional, certo presidente, certo candidato”. Mas reforça um fenómeno curioso de que “aquilo que representa, por um lado, a fraqueza do Estado federal (desagregação do todo pela autonomia dos componentes), por outro lado contraditoriamente contribui para reforçar o governo central”.¹⁸

Neste mesmo documento, relata toda a tensão que rondou a campanha eleitoral e a crise com o Estado do Rio Grande do Sul, em que Flores da Cunha, candidato a presidente, é neutralizado por Getúlio Vargas e o Exército através do Estado de Sítio instaurado no País. “Se o estado de guerra é uma semi-ditadura política do Sr. Getúlio Vargas para intervir no Rio Grande, se com isso por ventura se contentaria S. Exa, por outro lado ele é, como se disse atrás, o instrumento da ditadura militar para a guerra ao comunismo.” O Comunismo estava sendo fonte de grande preocupação no Brasil e seguido atentamente por Martinho Nobre de Melo.

Mas o que chama atenção neste documento é a reflexão sobre o que virá desse estado de Sítio e o que esperar dessas eleições. Fala de expectativas relativas à direção que o regime brasileiro irá tomar, especula que será talvez um Estado Novo, e uma ideologia semelhante ao regime português.

“ Senhor Ministro, a manter-se êste teor de doutrina e de acção, que o exército requer e quási exige, está-se ou não em face de uma profunda transformação política no País? Esta-se ou não em face de uma nova ideologia política que implicará, mais cedo por ventura do que se julga, não já uma ditadura militar mas um verdadeiro Estado Novo? È o que suponho... os integralistas estão muito esperançados, o país começa a compreender que a desordem e a desorganização estão radicalmente ligadas ao régimen quatrienal da sucessão presidencial se não á própria engrenagem democrática do regimen”(AHDMNE 3P A11 M348 Pr 33,1 nº III, 1937).
(sublinhado no original)

E ainda comenta que os jornalistas mais próximos do poder político o procuram pedindo informações sobre as novas instituições portuguesas, “Membros do governo querem saber como se realizou o plebiscito do Senhor General Carmona, como e em virtude de que textos legais, um general tem permanecido indefinidamente na Chefia da Nação”¹⁹. Evidenciando que o modelo de poder político português é uma opção para a mudança que se vem evoluindo na construção do Estado Novo brasileiro. É exatamente sobre isso que os diplomatas vinham especulando durante todo este período, mas a partir dos

¹⁸ Texto original em anexo VI, Sobre resumo da situação política brasileira. AHDM.N.E 3P A11 M348 Pr 33,1 nº III.

¹⁹ Ver Anexo VI p.17-18.

distúrbios ocorridos durante as campanhas eleitorais estas suspeitas se tornavam mais legítimas, de que Getúlio Vargas já nutria simpatia pelo estado Novo português, mas que a partir desta mudança no panorama político, o Regime português se tornou mais que inspiração, e sim um exemplo para o estado Novo brasileiro.

Enquanto especulavam o que levaria o Governo brasileiro a assumir um Estado de Sítio às portas de uma eleição presidencial, e qual seriam suas consequências, Getúlio Vargas surpreende e dá um Golpe de Estado no Brasil. Mais uma vez, Martinho Nobre de Mello envia a Salazar, a 23 de Outubro de 1937, um relatório sobre tão «curiosa» situação política²⁰. Comenta que “seu processo foi relativamente original” onde foi promulgada uma nova constituição, e dissolvido o Congresso; as assembleias legislativas e as prefeituras. Além de, renovar seu mandato presidencial por mais seis anos, através de plebiscito.

O embaixador justifica a decisão de Vargas fazendo uma análise da situação por ele avaliada no relatório anterior, sobre o Estado de Sítio, em que lembra estarem concorrendo ao poder do Estado o “Exército, o Presidente Vargas e o Integralismo”. Sendo assim o Presidente convoca uma reunião com os ministros e apresenta-lhes a nova Constituição e argumenta ser “o único meio de salvar o poder civil, por um lado, e, por outro, de evitar o advento do «fascismo» (integralismo)”. Interessante constatar que para Nobre de Mello, os integralistas brasileiros representavam o “fascismo”, mais estranho é Vargas utilizar este argumento, de evitar o fascismo, sendo que, para justificar o Estado de Guerra o combate ao Comunismo foi utilizado como um dos motivos para a intervenção militar. Isto é explicado por Giselda Silva, que analisa esta situação de Vargas com os Integralistas de uma forma mais cautelosa.

“ O governo tinha sérias restrições ao avanço da proposta integralista no campo político, apesar de utilizar-se dos mesmos contra os comunistas. Disso resulta uma possível interpretação de que as relações entre getúlio Vargas e os integralistas foram permeadas de desconfiança e estratégia de manipulação antes de 1937.” (SILVA, 2008; 14)

Neste relatório expõe ainda uma situação interessante, o impacto que esta decisão teve nos E.U.A. Diz que foram surpreendidos com «mais um estado totalitário». O Embaixador do Brasil, Oswaldo Aranha, que semanas antes havia discursado em Washington que o Brasil “condenava os regimes extremistas e autoritários nos quais englobava e irmanava os nacionalismos e comunismos”, agora tinha de tentar acalmar os ânimos, explicando que “ o fundo democrático do régimen brasileiro subsiste a respeito do novo estatuto autoritário de que, pelo menos, o novo regime repele a denominação de «fascista».” E para Roosevelt bastou, e ainda declarou que essa questão é de carácter “doméstico”, e ainda “dizem que o golpe de Estado não importa a adesão do Brasil ao pacto nipo-italo-germânico contra o comunismo, adesão que seria contra a doutrina de Monroe.” (AHDMNE 3P A11 M348 Pr. 4/37 nº308, 1937).

²⁰ Anexo VII AHDMNE 3P. A11, M 348, Proc 33,1. Nº 102. Sobre situação política brasileira.

Porém, quando antes, ele especulava que o regime brasileiro cada vez mais se aproximava do modelo português, neste documento distancia alguns aspectos do novo estatuto político e das distribuições de poderes do governo brasileiro.

“O nosso estatuto político nada tem de personalista. A simples distribuição de poderes do nosso executivo entre duas entidades, o Chefe do Estado e o Chefe do Governo, logo nos distancia da organização presidencialista brasileira. Por outro lado, as nomeações de ministros para presidentes do Conselho Federal e do Conselho da Economia Nacional na nova constituição desse país, revelam um espírito que nada tem que ver com o da nossa representação política ou profissional.” (AHDMNE 3P A11 M348 Pr 33,1 n° 102,)

Suas considerações finais são de que o Brasil realmente deveria sair da sua “falsa democracia” e que o “homem de Estado [Getúlio Vargas] pode com justiça marcar no seu activo um grande serviço à Nação”.

“ Deste modo, dois golpes certos acabam de ser deferidos pelo Presidente Vargas, contra a demagogia, que se mascarava de governo do povo e era uma larga porta aberta ao comunismo; contra o regionalismo-separatista, que impossibilitava todo o plano de conjunto, toda a visão geral, toda a política nacional”. (AHDMNE 3P A11 M348 Pr 33,1 n° 102,1937)

E termina suas considerações elogiando a inteligência do Presidente Vargas e aconselha que “ temos de abrir-lhe um largo crédito: é agora que sua excelência vai dar todas as suas provas, toda a medida do seu real valor como estadista”.

Quanto às opiniões que o Embaixador revelou em suas cartas ao Governo português durante todo esse período de transição da política brasileira, a maior parte se deu em relação às etapas de mudança semelhantes aquelas pelas quais Portugal passou, e de certa forma, aproximando as duas nações que se identificavam na gerência do percurso político. Com algumas diferenças, claro, mas enfatizando as semelhanças com a “comunidade espiritual”, e sugestão de maior aproximação.

Na altura em que o regime brasileiro começa a se posicionar na mesma “ideologia” que o regime português, os documentos começam a ficar mais detalhadas e com um tom mais otimista, as decisões são acompanhadas de perto e as opiniões sobre o que seria mais conveniente ser feito eram apresentadas.

Apesar de não tratar deste período “pós-manutenção de poder de Vargas”, acho relevante esta entrevista feita em 1939, onde o Chefe do departamento de propaganda do Brasil, Lourival Fontes, fala sobre a sólida relação que os regimes formaram durante todo o período que foi estudado neste trabalho.

Ele esclarece ao jornal *A Voz* suas opiniões acerca desta relação entre os dois regimes.

- “A correlação estabelece-se facilmente com a finalidade a que os dois órgãos se destinam: servir os interesses das respectivas nacionalidades. A ambos compete realizar uma obra de objectivos, simultaneamente, patriótico e de civilização. Tanto aqui como em Portugal, estamos empenhando-nos, os responsáveis por essa tarefa,

o melhor das nossas forças e capacidades para que elas produzam os frutos desejados. Dentro desse espírito, julgo dispensáveis as considerações sobre detalhes e métodos. Servimos o Brasil com todos os poderes do sentimento de Pátria e de Humanidade, tal como fazem os senhores através do órgão correspondente no seu país.”

Também aborda semelhança entre a organização política e social de ambos os regimes, que os Embaixadores se esforçaram tanto em evidenciar ao longo desses anos e que foi valorizado pelo chefe de propaganda brasileiro nesta entrevista.

- “O destino histórico de Portugal e do Brasil – responde o nosso ilustre interlocutor – nunca deixou de estar unido às nossas pátrias. Uma nasceu do flanco da outra. Assim ligadas cumpriram a sua missão, durante mais de três séculos. Apesar de desfeita essa unidade política, em virtude da evolução histórica dos povos, a sua ligação espiritual e sentimental, sempre se manteve e, até se acentuou concretizada no idioma, no sangue e no respeito recíproco às traduções nacionais. O que resulta daqui?! Uma analogia psicológica que produz nos dois povos os mesmos entusiasmos, as mesmas esperanças e os mesmos ideais. Sob influência de ordem diversa, também ambos os países se estendem, geograficamente, com feições imperiais – Portugal pelas suas Colónias, o Brasil pela sua extensão. Esses motivos a par daqueles a que há pouco me referi com relação aos serviços de propaganda, autorizam-me a admitir que, dentro das mesmas ideias de Pátria e Humanidade, seja perfeitamente possível, para os dois povos, adoptar semelhantes e quiçá idênticos regimes político-sociais. Por mim não vejo o que possa contrariar uma semelhança de organização, entre o Brasil e Portugal.” (SNI Caixa 672 Matéria do Jornal A VOZ de 06/08/1939).

Tanto Brasil, quanto Portugal partilhavam, além de doutrinas políticas semelhantes, de líderes que souberam gerenciar o regime interno de forma eficiente e a política externa com caráter neutral na II Guerra Mundial.

Essa neutralidade irá garantir, no início da segunda guerra, uma posição confortável, até o ano de 1942, quando o Brasil se junta aos Aliados e toma um rumo diferente ao de Portugal.

Considerações finais.

Foram abordadas, nesta tese, as semelhanças entre as principais características dos regimes brasileiro e português num período comum, através da historiografia e de ofícios e correspondências confidenciais entre os representantes das relações exteriores de ambos os países.

Foi possível, então, entendermos o que foi a “época do fascismo”, que fazia parte do panorama geral do período, e de como os dois regimes em questão se integraram neste momento, com um método fascista, partilhando as mesmas expectativas a respeito dessa nova perspectiva política.

Neste mesmo período o movimento integralista, em ambos os regimes, surgiu com ideologias semelhantes, mas com características adaptadas sendo muitas vezes confundido com um movimento fascista mussoliniano, ou com uma organização ligada ao governo. Vimos que, apesar de ter sido útil em algumas ocasiões aos regimes, eles nunca foram diretamente vinculados aos governos, com exceção do integralismo brasileiro, que se torna partido político, mas não recebe apoio direto do presidente.

Ainda a respeito do envolvimento do Estado Novo brasileiro com o movimento integralista ou com o fascismo, Edgar Carone acredita que no Brasil é possível analisar a questão sobre vários prismas:

“1) não existe no governo nenhum elemento ligado diretamente ao movimento integralista ou que tenha ligação direta com os países do Eixo; o que se dá são casos de «simpatia» totalitária como os de Francisco Campos, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra; 2) todas as vezes que o governo aproxima-se da Alemanha e Itália é no sentido de uma pressão sobre os países democráticos ou por necessidade prática, e não devido acordos comprometedores ou colaboração efetiva” (CARONE, sd: 161).

E finaliza seu pensamento dizendo que a ditadura estadonovista possui uma atitude de caráter extremamente fascista, mas obedecendo a “razões de segurança caseira”. Com isso, parece que, apesar de considerar o Estado Novo brasileiro fascista, Edgard Carone afirma que o regime é essencialmente nacionalista e que o governo utiliza-se desta característica para obter benefícios e “persuadir”, de certa forma, os democráticos que o pressionam.

Como podemos reparar, é muito complexo o regime varguista, tornando difícil o trabalho dos diplomatas em entender as verdadeiras direções políticas que orientavam o Estado Novo brasileiro. Já os diplomatas brasileiros caracterizaram Salazar como uma figura muito firme e centralizadora, analisando sua postura de forma mais direta.

Ambos enfrentaram oposição em todo o percurso. Vimos no caso português que, antes da criação do Partido Único, surgiram muitos rumores de que o partido conservador

restauraria a monarquia no país. Já no Brasil a Revolução Constitucionalista abalou o regime que ainda estava em um estado provisório.

Vimos também que o comunismo sempre foi uma sombra pairando sobre os regimes autoritários, e que, para proteger o Estado, seus dirigentes agiram de forma imediata. No caso português o apoio a Franco na Guerra Civil Espanhola, mesmo que de forma camuflada, respeitando o pacto de não intervenção, foi uma manobra de segurança para evitar a influência comunista em Portugal.

Já o Brasil combateu o comunismo em sua própria casa, na tentativa de um golpe chamado “Intentona Comunista”, onde caçou e puniu seus articuladores para servirem de exemplo para possíveis tentativas semelhantes.

Sobre tais acontecimentos, os diplomatas escreveram receosos sobre o destino que o regime seguiria e sobre a relevância das medidas tomadas por seus dirigentes. Sobre a Guerra Civil Espanhola, o embaixador brasileiro Araujo Jorge envia um relatório ao ministro Macedo Soares especificando a ajuda que Salazar deu ao movimento franquista, expondo a importância que tal ação tinha na manutenção da ordem no país. Já sobre o caso brasileiro, a Intentona Comunista foi vista pelo embaixador português Nobre de Melo, no primeiro instante, como preocupante devido à extensão do movimento. Mas após a prisão dos principais líderes houve uma satisfação por parte do embaixador português, que sentiu maior segurança nas atitudes de controle que Vargas teve nesta situação delicada.

Quando surge o rumor de que o regime português passava por uma crise, devido às divergências de Salazar com os militares, a diplomacia brasileira se apressa em averiguar a situação e se preocupa com a possível saída de Salazar do governo. Mostrando que a figura do Presidente do Conselho de Ministros era bem estimada perante os representantes brasileiros no país.

Os diplomatas portugueses tinham, além do interesse nos caminhos que o regime brasileiro seguia, a preocupação com a manutenção dos laços com sua colônia no país. Sobre isso vários ofícios foram enviados a respeito da criação de institutos e organismos de manutenção da cultura. A Casa de Itália gerou uma forte preocupação por parte dos diplomatas portugueses no Brasil, pois a Itália estava ganhando cada vez mais influência no país irmão, sendo necessária a criação de uma Casa de Portugal para fortalecer ainda mais o vínculo com a colônia. Além de uma questão de influência, Portugal tinha de manter o máximo de instituições representativas no Brasil para, além de dar apoio e incentivar a cultura portuguesa, controlar a oposição e estimular o vínculo dos colonos com o regime português.

Vimos o caso de censura que o governo brasileiro instaurou por conta da lusofobia na imprensa brasileira, tornando ainda mais necessária a presença de instituições portuguesas para impedir a influência oposicionista e reforçar a ligação com a terra natal.

O interessante é que os acontecimentos surgiam quase que simultâneos em ambos os países e as decisões dos regimes a respeito deles eram muito semelhantes, tornando sua aproximação cada vez mais evidente.

Quando a situação política no Brasil começa a tomar rumos preocupantes, os diplomatas portugueses se apressam em verificar a situação e remeter aos seus superiores todos os detalhes das possíveis mudanças no regime. Como é o caso da tensão pré-eleitoral de 1936, onde muitos rumores surgiram a respeito do destino do regime brasileiro.

Vargas corria o risco de não ser reeleito e a ascensão de um novo líder no país poderia alterar a ideologia do regime com que os diplomatas portugueses estavam começando a se identificar. A possibilidade de um integralista ser eleito poderia alterar as relações entre os regimes brasileiro e português, preocupando muito os diplomatas lusos.

Os diplomatas portugueses estavam tão receosos com o possível rumo que o regime brasileiro poderia tomar que remetiam toda e qualquer informação que pudesse esclarecer as dúvidas de Salazar sobre os momentos da pré-eleição brasileira. Tratando desde entrevistas dadas pelos possíveis candidatos a ações políticas que Getúlio tomava.

A situação ficou mais intensa quando enfim o golpe se deu. No final de 1937, Getúlio dá o golpe de Estado. Após alguns meses de estado de sítio, Vargas decide se manter no poder com a justificativa de proteger, mais uma vez, o regime de um golpe comunista.

Esta atitude é apoiada por Portugal, que se prontifica em reconhecer o novo regime, agora sim, denominado Estado Novo brasileiro. Não só os portugueses, mas outros países reconhecem o Estado Novo, estimando o novo presidente e oferecendo seu apoio, principalmente na América Latina. Os Estados Unidos não manifesta muita simpatia, mas acaba aceitando o novo regime.

A relação entre os países irmãos parece que fica ainda mais reforçada após o advento do Estado Novo, pois essa atitude decisiva que Vargas teve demonstrou maior confiança por parte dos diplomatas portugueses no Brasil. Eles passaram a tecer elogios ao chefe do Estado Novo brasileiro, salientando ainda mais a necessidade de aproximação entre os regimes. Tanto que a maioria dos tratados e acordos entre Brasil e Portugal foram oficializados após essa mudança.

Apenas faço alguns comentários sobre a permanência do vínculo entre Brasil e Portugal, durante o Estado Novo brasileiro, porque o foco da minha tese era mostrar que, durante todas as fases que o regime brasileiro passou, o regime português acompanhou e, de certa forma, se sentiu espelhado no direcionamento que o Brasil seguia. O advento do Estado Novo foi só o ponto decisivo na aproximação existente entre os países que passaram por momentos comuns durante o processo político brasileiro.

Essa irmandade, este vínculo nunca foi partido, apenas teve seus períodos mais ou menos comuns, e o que apresentei nesta tese foi um dos pontos mais altos na relação entre os regimes e o momento em que ambos mais se identificaram.

ANEXOS

Índice:

Anexo I: Artigo de jornal sobre Censura à Imprensa Portuguesa- AHDMNE, 3P A568 Pr. 436,1 nº 6-A

Anexo II: Artigo de jornal sobre lusofobia na imprensa Brasileira - AHDMNE,3P A11 M348 Pr 33,1 nº111.

Anexo III: Artigo de jornal sobre suspensão do Diário Português em 25 de Setembro de 1933 - AHDMNE 3P A12 M310 Pr.31 nº53-A.

Anexo IV: Ofício recebido por Afranio de Melo Franco de Roma, intitulado “Tendência fascistas na América do Sul” com anexo de artigo de Jornal Romano datado de 11 de Novembro de 1933- AHIRJ, L159M2830n239

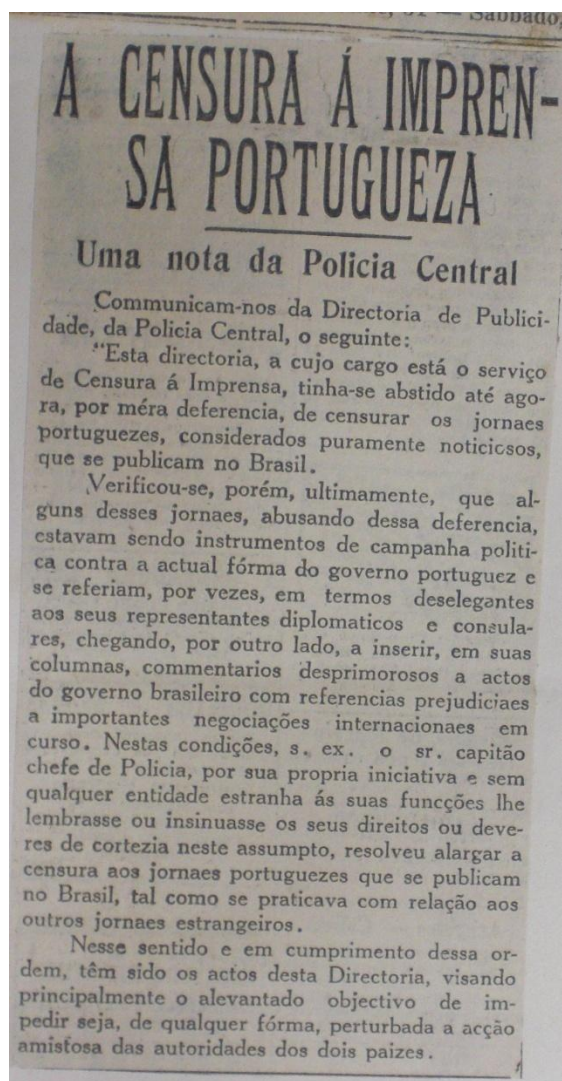
Anexo V: Tratado de comércio entre Brasil e Portugal, firmado em 26 de Agosto de 1933 por Martinho Nobre de Mello e Afranio de Melo Franco.

Anexo V.1: Retificação do tratado de comércio entre Brasil e Portugal a 23 de Fevereiro de 1934 por Cavalcante de Lacerda e Martinho Nobre de Mello.

Anexo VI: Relatório “Situação brasileira” de Martinho Nobre de Mello a Salazar a 14 de Novembro de 1937 AHDM.N.E 3P A11 M348 Pr 33,1 nº III.

.

Anexo VII: Relatório “ A nova situação política brasileira” de Martinho Nobre de Mello a Oliveira Salazar, 23 de Outubro de 1937. AHDMNE 3P A11 M348 Pr 33,1 nº 102



Anexo I Artigo de jornal sobre Censura à Imprensa Portuguesa- AHDMNE, 3P A568 Pr. 436,1 nº 6-A

O sr. Luiz de Camões

AMÉRICO PALHA

Vai ser erguido nesta linda e heroica cidade do Rio de Janeiro, em plena praia do Russel, um monumento a um poeta pre-histórico, espécie de animal fóssil, que se chamou Luiz de Camões.

É estranhável essa homenagem ao autor dos «Lusiadas», o poema épico de que tanto se orgulham os filhos da mui nobre terra lusitana, talvez porque nunca apareceu por aquelas bandas que Deus guarde, quem escrevesse um melhor.

Que Portugal renda seu culto à memória do sr. Luiz de Camões, é justo. Mas que deveres temos nós para com o poeta que nunca nos conheceu e que nada fez pelo Brasil, mesmo porque a morte o levou muito antes da chegada à Baía daquele almirante analfabeto, sr. Pedro Alves Cabral? Nenhum, por certo.

Também não sei porque o muito respeitável sr. Luiz de Camões é o «genio da raça». Porque escreveu um poema enfadonho, horrível, cheio de idéas medíocres, sem alma e sem vida? Genio, porque? Ele poderá ser genio de Portugal. Não do Brasil! Nós ainda não perpetuamos no bronze o nosso grande Rui Barbosa, que foi sem dúvida um genio autêntico da raça e do mundo, genio que assombrou pela sua cultura imensa e inciclopédica. Não foi o «genio» de um soldado que rabiscou uns versos insuportáveis, com que os nossos professores costumavam torturar as inteligências em flôr dos seus alunos.

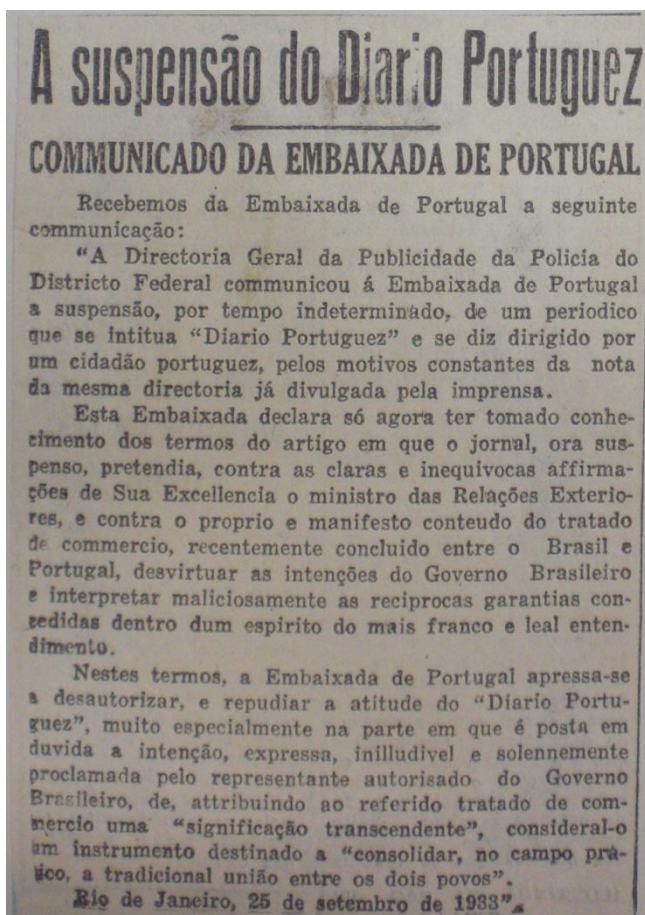
Se isso vem cristalizar a nossa homenagem a Portugal, também não se ajusta o objetivo. Já temos no largo da glória uma estatua do sr. almirante Cabral. Para que mais outra? E nessa coisa esquisita de amor a Portugal, vamos ser francos e leais. O Brasil nada deve a sua antiga metrópole. Quando o destino arrastou para aqui a frota do sr. Cabral, iniciou-se nesse dia a desgraça do paiz. Logo de início o governo portuguez transformou isso aqui em depósito da escória de sua gente. Ladrões, assassinos, vigaristas, cafetens, falsarios, tudo isso vinha para o Brasil. Foi essa raça maldita que teve a missão de povoar o solo brasileiro. Perseguiam, matavam, trucidavam os pobres índios. Introduziram no novo paiz a raça negra, submetida à mais covarde e misera escravidão, raça muito mais digna do que a dos seus algozes—cristãos professos, soldados de Cristo... Sacrificaram a memória dos que combateram contra a colonização de El-Rei, como aconteceu com Calabar, que vive ainda na historia com o labeu infamante de traidor!

O despotismo português levou á morte os heróis que idealizavam a independência da patria. Sobre a consciência de Portugal caiu o sangue de Tiradentes, de Frei Caneca, de Mororó, de Natividade Saldanha, de Nunes Machado e de centenas e centenas de outros sonhadores da felicidade brasileira.

Portugal só deu ao Brasil certo prestigio, quando a covardia de um Rei poltrão fê-lo correr de Lisboa para aqui, com a sua côrte devassa, espantado com o arrojo conquistador de Napoleão. A nossa propria independência, só nos foi dada por um principe lusitano, porque este quiz se poupar a uma humilhação paterna. E nada mais.

Porque pois tanta cortezia a Portugal. Porque? O Brasil o que é hoje, deve aos seus proprios filhos. Não negamos a contribuição valiosa do elemento estrangeiro á obra da nossa civilização. O alemão, o inglês, o americano, o japonês, o italiano, chegam ao Brasil para trabalhar e produzir. Entregam-se ás indústrias, á lavoura, ás grandes empresas. São elementos uteis. O homem casa com brasileira. Constitue familia brasileira. O português, não. Ou casa com portuguesa, ou não se casa...

O português para nós é peso morto. Por isso o monumento ao exmo. sr. Luiz de Camões é um atentado aos brios do nosso povo e da nossa raça.



Anexo III. Suspensão do Diário Português em 25 de Setembro de 1933. AHDMNE 3P A12 M310 Pr. 31 nº53-A.

Sintomi

(Nostro servizio particolare)

Buenos Aires, novembre.

(r. g.). Si ricorderà, quale era la situazione della maggioranza delle Repubbliche sud-americane — fatta solo qualche eccezione — nei primi mesi del 1930, anno di capitale importanza per gli avvenimenti politici di quei Paesi. Una caratteristica situazione di agitazione e di malcontento, rivelantesi qua e là con tentativi rivoluzionari, sommosse, insurrezioni, «cuartelazos», in conseguenza dell'orientamento nettamente liberale, con variazioni a tinta social-democratica di quei Governi, manteneva quasi tutto il continente latino-americano in fermento. Debolezza del potere statale e adorazione degli «immortali principi», concludevano il panorama politico di quel tempo, nel quale, s'inscrivevano verso gli ultimi mesi dell'anno le due rivoluzioni che portarono al potere in Brasile, Getulio Vargas, e in Argentina, il generale Uriburu. Da allora numerose insurrezioni, fallite o riuscite, si sono succedute: ma, chi segue da vicino le situazioni delle varie Repubbliche non ha tardato ad accorgersi che il loro numero e la loro rilevanza è andata gradatamente diminuendo, per divenire quasi di poco rilievo nel corrente anno. Si è in pari tempo notato, il diffondersi tra le Nazioni sud-americane di una nuova tendenza espressa dalla stabilizzazione di regimi basati sul rispetto dell'autorità e del potere statale, sul mantenimento dell'ordine, su una politica di ricostruzione, e nella quale sono apparsi evidenti orientamenti verso dottrine e istituti fascisti e corporativi. Guardiamo ad esempio quanto è avvenuto nella Repubblica del Cile. Questa Nazione del Pacifico, aveva in questi ultimi anni acquistato un triste primato nei movimenti insurrezionali e nella propaganda sovversiva. Nello spazio di pochi mesi numerose Giunte di governo, impadronitesi del potere con la forza, si erano avvicendate con impressionante rapidità, portando anche in primo piano tendenze che andavano dal socialismo di Carlos Davila, al comunismo senza ambagi del colonnello Grove. L'avvento del governo forte di Arturo Alessandri, ha oggi ridato al Cile la tranquillità di cui aveva bisogno per superare la grave crisi in cui da anni versa. Il nuovo presidente, di cui ricordiamo l'origine italiana della quale va orgogliosissimo, ha iniziato la sua opera ricostruttiva ispirandosi nettamente al programma fascista e all'azione mussoliniana. Dopo avere liquidato con provvedimenti della massima decisione il comunismo che aveva vaste ramificazioni nel paese, ha bandita la battaglia del grano, nonchè gettate le basi di un importante programma di bonifica del territorio nazionale: ha posto termine, forse per sempre, ai nefasti metodi del parlamentarismo che tanto hanno contribuito a mantenere in agitazione il Paese per vari anni.

Ma, quel che è più interessante, Arturo Alessandri ha fatto comprendere il popolo che il principio di autorità è ormai ristabilito nella repubblica; e, anche una milizia repubblicana — che conta già migliaia di iscritti — è stata

creata per difendere l'ordine del Paese minacciato continuamente dal sovversivismo.

Passiamo al Brasile

Non è necessario qui, ripetere, come il dott. Getulio Vargas, fin dal suo avvento al potere si sia imposta una politica ricostruttiva, basandosi nella riforma di vari istituti sui principi corporativi. Vogliamo invece particolarmente segnalare la nascita in tutto il territorio brasiliano di un movimento quale è quello del Partito Integralista Brasiliano, che ha trionfato nelle elezioni dello Stato di Minas Geraes.

Tale partito, è sorto da un largo movimento di simpatia che si è delineato in tutto il Brasile; adotta la camicia verde e il saluto romano; il suo capo è il dott. Plinio Salgado, divenuto assertore convinto dell'idea fascista dopo un lungo viaggio in Italia. L'espandersi del movimento è stato davvero rapidissimo: in tutti gli Stati che compongono l'Unione Brasiliana si è già formato il centro base di irradiazione che comprende gli elementi più rappresentativi tanto delle classi intellettuali, come di quelle popolari. Per sua stessa dichiarazione il Partito Integralista Brasiliano accoglie apertamente «i principi del Fascismo italiano che segnano le direttive dello Stato moderno», e particolarmente segue i seguenti postulati:

a) la Nazione è un organismo politico, economico ed etico e pertanto la sua rappresentanza non può essere esclusivamente politica;

b) il sindacato deve essere ente di diritto pubblico e non di diritto privato;

c) l'economia deve essere diretta dallo Stato;

d) si deve dare una funzione sociale alla tecnica capitalistica e alla proprietà.

«Oltre questi principi l'integralismo brasiliano propugna anche i principi essenziali derivanti esclusivamente dall'ambiente e dall'indole del popolo brasiliano».

Ma in genere in numerosi Stati dell'America latina, l'idea fascista e i principi corporativi vanno facendosi strada. In Argentina le correnti che fanno capo all'organizzazione dei «Legionari» della Legión Civica creata dal generale Uriburu e al gruppo di «Bandera Argentina» sono da considerare come più o meno larvamente sorte sul modello fascista. Anche nella nazione platenese si va giorno per giorno formando un nucleo sempre più folto di uomini, giovani e audaci, intelligenti e pronti a tutto osare. Se a questo si aggiunge, la simpatia con la quale al Fascismo oggi si guarda nel Perù dove è alla massima carica della Repubblica un grande amico dell'Italia, il gen. Benavides; nella Colombia, nel Venezuela: i metodi nettamente fascisti con i quali il Presidente dell'Uruguay dott. Gabriele Terra, ha demolito il «Consiglio Nazionale» e riportata la tranquillità nel suo Paese; tutta quella serie di provvedimenti e di radicali trasformazioni che sarebbe lungo elencare, e che danno ormai tramontata in tutta l'America latina la politica feticista degli «immortali principi», si può con giusta ragione di cautela, affermare, che dieci anni di espansione dell'idea fascista hanno servito a qualcosa anche per quei lontani Paesi.

Anexo IV Artigo de jornal romano, anexado a Ofício “tendencia fascista no Brasil” documento enviado de Roma a Afranio de Melo Franco em 11 de Novembro de 1933. AHIRJ L159M2830n239

TRATADO DE COMERCIO ENTRE O BRASIL E PORTUGAL

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Portuguesa, desejando estreitar cada vez mais os laços da sua antiga e sólida amizade, pelo desenvolvimento das suas relações de comércio e navegação, dentro do espírito mais amplo de cooperação e de igualdade e reciprocidade de interesses, resolveram concluir e firmar um Tratado de Comércio e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

Sua Excelência o Senhor Chefe do Governo Provisorio da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, o Senhor Doutor Martinho Nobre de Mello, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Brasil;

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO 1º

Haverá inteira liberdade de comércio e de navegação entre os nacionais das duas Partes Contratantes, os quais não serão sujeitos, em razão do seu comércio ou indústria, nos portos, cidades ou quaisquer lugares dos respectivos Estados, quer aí se estabeleçam, quer aí residam temporariamente, a outros ou maiores tributos, impostos ou contribuições de qualquer denominação, do que os cobrados aos nacionais de qualquer outro país. Os privilégios, imunidades e outros quaisquer favores de que gozarem, em matéria de comércio e indústria, numa das Partes Contratantes, os nacionais de qualquer outro país, serão, imediatamente e sem compensação, concedidos aos nacionais da outra Parte Contratante.

ARTIGO 2º

As Partes Contratantes obrigam-se a não estabelecer, uma a respeito da outra, proibição alguma de importação, de exportação ou de trânsito que, ao mesmo tempo, não seja extensiva às outras nações.

Este princípio não se aplicará aos animais e produtos animais de regiões onde haja epizootias, nem às plantas e sementes procedentes de regiões infectas de filoxera ou de qualquer epífita.

ARTIGO 3º

As Partes Contratantes concordam em se conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida em relação aos direitos

alfândegas e a todos os direitos acessórios, ao resto do pagamento dos direitos, assim como ao respeito de regras, formalidades e impostos a que poderão ser sujeitos as operações de despacho alfândegário.

Consequentemente, os produtos naturais ou fabricados, originários de cada Parte Contratante, não serão, em caso algum, sujeitos, nas relações com a outra Parte, a direitos, taxas ou impostos, diferentes ou mais elevados, nem a regras e formalidades diferentes ou mais onerosas do que aqueles aos quais são ou vierem a ser sujeitos os produtos da mesma natureza originários de qualquer outro país.

§ 1º Da mesma forma, os produtos naturais ou fabricados exportados do território de cada Parte Contratante, com destino ao território da outra Parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados, nem a regras diferentes ou mais onerosas do que aqueles aos quais são ou vierem a ser sujeitos os mesmos produtos destinados ao território de qualquer outro país.

Todas as vantagens, favores, privilégios e imunidades já concedidos ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das Partes Contratantes, na supracitada matéria, aos produtos naturais ou fabricados originários de qualquer outro país ou destinados ao território de qualquer outro país, serão imediatamente e sem compensação aplicados aos produtos da mesma natureza originários da outra Parte Contratante ou destinados ao território dessa Parte.

§ 2º Executam-se, contudo, dos compromissos formulados no presente artigo, os favores atualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a Estados limítrofes com o fim de se facilitar o tráfico de fronteiras, assim como os que resultem de uma união aduaneira já concluída ou que possa ser concluída, de futuro, por uma das Partes Contratantes.

ARTIGO 4º

Cada Parte Contratante obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para garantir, contra toda forma de concorrência desleal nas transações comerciais, os produtos naturais ou fabricados originários da outra Parte Contratante e, bem assim, a reprimir e a proibir, por meio de apreensão e de todos os outros modos apropriados, a importação, a armazenagem em entreposto ou em armazéns aduaneiros, e a exportação e ainda a fabricação e a venda, no país, de todos os produtos que contenham em si ou no seu acondicionamento imediato ou nos envoltórios exteriores, marcas, nomes, inscrições ou quaisquer sinais que direta ou indiretamente comportem falsas indicações sobre a origem e a espécie, a natureza ou a qualidade especificada, pelos quais se distinguem os produtos ou mercadorias.

ARTIGO 5º

O Governo português obriga-se, particularmente, a proceder no seu território, conforme as prescrições da legislação interna em vigor, contra qualquer abuso das designações "café do Brasil", "tipo Santos", "tipo Sul de Minas" e "tipo Rio", em relação aos cafés que não sejam originários do Brasil e aos que não sejam

inteiramente livres de mistura com cafés de outras procedências ou com sucedâneos de café e, bem assim, se compromete a não sujeitar os cafés brasileiros a impostos diferentes ou mais elevados do que aqueles aos quais sejam sujeitos os sucedâneos desse produto.

Artigo 6º

O Governo brasileiro reconhece que as designações de "Porto", "Madeira", "Moscatel de Setubal", "Carcavelos" e "Extremadura" constituem marcas regionais e pertencem exclusivamente a vinho produzido nas regiões portuguesas do Douro e da Ilha da Madeira, de Setubal, de Carcavelos e de Extremadura, e obriga-se a proceder, no seu território, conforme as prescrições da legislação interna em vigor, contra qualquer abuso das ditas designações em relação aos vinhos que não sejam originários das respectivas regiões de Portugal e da Ilha da Madeira, ainda quando a menção original seja acompanhada da indicação do nome do verdadeiro lugar de origem ou da expressão "tipo", "qualidade" ou de qualquer outra expressão similar, susceptível de pôr em dúvida a verdadeira origem da mercadoria no comércio.

O processo poderá ser movido por ação pública ou particular.

Artigo 7º

Os industriais, comerciantes e caixeiros viajantes, da nacionalidade de uma das Partes Contratantes, que, no exercício do seu comércio, tenham de percorrer o território da outra Parte, poderão aí receber encomendas e fazer as compras necessárias á sua industria, sem ficar sujeitos a quaesquer impostos industriais diferentes ou mais elevados do que aqueles aos quais sejam ou venham a ser sujeitos os industriais, comerciantes e caixeiros viajantes de qualquer outro país.

Artigo 8º

As Partes Contratantes comprometem-se a criar, em seus territórios, uma zona franca com franquias e regalias para os produtos originários do Brasil e de Portugal.

Artigo 9º

Em tudo o que respeita á colocação dos navios, sua carga e descarga nos portos, ancoradouros e docas dos dois Estados, ao uso de armazéns públicos, de granelastes e de outro qualquer material, e em geral ás facilidades e disposições relativas a arribadas, permanência e saída de navios, conceder-se-á, nos dois países, sem diferença alguma, o tratamento conferido aos navios de qualquer outro país.

Artigo 10º

O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos de ratificação serão trocados na cidade do Rio de Janeiro. Para os efeitos dos compromissos assumidos pelas duas Partes Contratantes, entrará, todavia, em vigor,



Anexo V. Tratado de Comércio Brasil e Portugal, 1933 AHIRJ P17 M 1, 13_15.31 Pp 04

Os abaixo assinados, Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, Ministro de Estado interino das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil, e Martinho Nobre de Mello, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Portuguesa, devidamente autorizados, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Itamarati, aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e trinta e quatro, para proceder à troca das ratificações do Tratado de Comércio entre os dois países, concluído e assinado na mesma cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e seis dias do mês de Agosto de mil novecentos e trinta e três.

E, tendo achado conforme e em boa e devida forma os dois respectivos instrumentos de ratificação, efetuaram a sua troca.

Em fé do que, no lugar e dia acima declarados, assinaram a presente ata, em dois exemplares, apondo-lhes o sinal dos seus respectivos selos.



Cavalcanti de Lacerda
Martinho Nobre de Mello

Anexo V.1 Retificação do tratado de comércio entre Brasil e Portugal a 23 de Fevereiro de 1934 por Cavalcante de Lacerda e Martinho Nobre de Mello. AHIRJ P17 M01 13_15.32.

Há que a organização política do Brasil em federação constantemente origina questões quási insolúveis. Cada Estado se cria os seus interesses próprios, os seus próprios partidos, a sua ideologia mesmo. Basta dizer a Vossa Excelência que o único partido nacional que há neste país é o integralista, para se compreender tudo. Digo nacional neste sentido preciso: referente a todo o território da República. Se exceptuarmos pois o integralismo, temos de acentuar que todos os partidos políticos que há neste país são regionais: nenhum é "brasileiro"; cada qual tem uma organização, uma orientação e uma chefia suprema dentro do seu Estado; nenhum tem a mínima ligação orgânica, disciplinar, ou ideológica, com qualquer outro de outro Estado. Coligam-se por vezes, para formar a maioria parlamentar; coligam-se para lançar e patrocinar uma candidatura presidencial; mas é tudo. Cada um persiste autónomo, no seu Estado. Disto decorre que é bem difícil poder-se obter que um Estado, na sua unanimidade, apoie certa política nacional, certo chefe nacional, certo presidente, certo candidato. Agora, por exemplo, se acontece que o partido constitucionalista de São Paulo apoia a candidatura-Armando de Salles, o velho partido republicano de São Paulo, o célebre P.R.P., defende a candidatura-José Americo. Possivelmente a maioria de São Paulo é armandista; mas estamos bem longe da unanimidade. O que se passa em São Paulo, passa-se nos outros Estados.

Digne-se Vossa Excelência, desde já, anotar este fenómeno curioso: aquilo que representa, por um lado, a fraqueza do Estado federal (desagregação do todo pela autonomia dos componentes), por outro lado contraditoriamente contribue para reforçar o Governo Central: não se estabelecendo senão muito raramente a unanimidade, a unidade, dentro dum Estado determinado, o perigo para o poderio político do chefe do governo federal afrouxa, minimiza-se. Uma vez

17



preventivo; c) de caracter repressivo.

A prisão á menor suspeita de propaganda, feita ou a fazer, da ideologia marxista; a organização de "colónias agrícolas" para a reeducação dos elementos comunistas; a organização de "campos de concentração" destinados á recuperação para o Brasil de parte da sua mocidade transviada; a criação dum presídio numa das ilhas da União para os chefes revolucionários e os propagandistas ostensivos do ideal marxista; a censura e apreensão de todas as obras de caracter didático, tecnico, político, social ou literário não só de propaganda bolchevista mas "contrárias á formação de uma mentalidade nacional forte"; o julgamento sumário e sem apelação... para o celebre Supremo Tribunal Militar; e enfim a possibilidade de se prender e julgar, com ou sem estado de guerra, todos os praticantes e "simpatizantes" de doutrinas comunistas; eis os tópicos principais das decisões a que me refiro.

Isto não é, realmente, para brincar. É a guerra declarada ao marxismo, a qual vai ao ponto de se tornar permanente, visto que se chega mesmo a exigir uma legislação que autorise a prisão e condenação ("sem que se possam valer para a reconquista da sua liberdade das actuais leis do país") de todos os propagandistas ou simples simpatizantes ^{do comunismo} ~~do comunismo~~ ^{ve isto em} todo o tempo, "com ou sem estado de guerra".

Senhor Ministro, a manter-se êste teor de doutrina e de acção, que o Exército requer e quási exige, está-se ou não em face de uma profunda transformação política no país? Está-se ou não em face de uma nova ideologia política que implicará, mais cedo porventura do que se julga, não já uma ditadura militar mas um verdadeiro Estado Novo? É o que supponho... Os integralistas estão muito esperançados; o país começa a compreender que a desordem e a desorganização estão radicalmente ligadas ao regimen quatrienal da sucessão presidencial senão á própria engrenagem democrática do regimen.

Factos bem expressivos: os jornalistas mais achegados ao poder supremo constantemente me procuram pedindo informações sobre



EMBAIXADA
DE
PORTUGAL

as nossas novas instituições. Membros do Governo querem saber como se realizou o plebiscito do Senhor General Carmona, como e em virtude de que textos legais, um general tem permanecido indefinidamente na chefia da Nação. O menos que se diz é que "atenta a fragilidade da estrutura jurídica do Estado brasileiro" é indispensável adaptar essa estrutura às exigências espirituais e políticas da sociedade, de modo que, "quando se tiver ultrapassado a zona dos perigos actuais, seja devolvido ao povo um governo na sólida base da autoridade, da disciplina, da cultura e do civismo". Isto lê-se num jornal que bem reflecte as ideias do próprio Snr. Getulio Vargas, A Gazeta de Notícias.

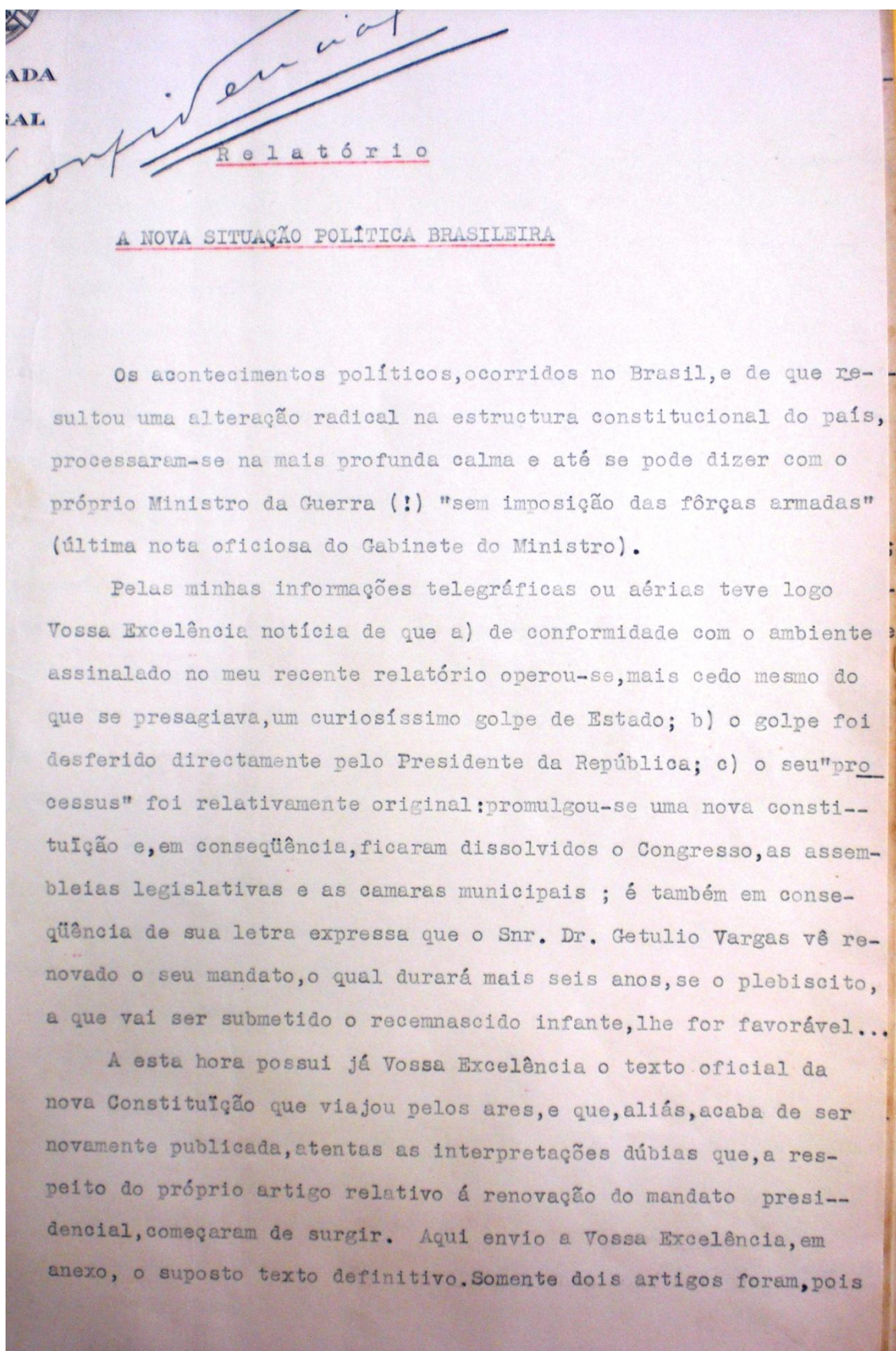
Os ultimos recentíssimos factos concorrem a comprovar o que dizemos.

Acaba de ser determinado o encerramento das associações secretas inclusivamente a maçonaria. Está-se preparando a mensagem presidencial que pedirá ao Congresso a votação das medidas permanentes de defesa contra o comunismo e de protecção de "uma mentalidade nacional forte", o que se fará num Acto Adicional ou leis complementares da Constituição.

E todavia, têm Goes Monteiro e Newton Cavalcanti prestígio e autoridade para irem até ao fim? Esta pergunta ocorre de golpe quando se lembra que nem todas as forças armadas estão com eles. Por exemplo o general Valdomiro Lima, antigo interventor em São Paulo, está formando já a oposição no próprio seio do Exército. Parente próximo do Dr. Getulio Vargas muitos chegam a supor que é já o proprio Presidente que o está incitando á reacção. Pelo momento é uma simples cisão que se desenha, ainda balbuciante: mas a maçonaria, agora "encerrada", (não foi extinta) não a avolumará? Os partidos, vexados, não a reforçarão por todos os meios? O certo é que os ares militares não são limpos de nuvens...

C) A luta pela Presidência da República.

O estado de guerra no primeiro momento surpreendeu e desorientou os políticos; mas estes logo se recompuseram da surpresa e alarme. E reuniram e deliberaram. Resultado: manutenção das candida.



ANEXO VII Relatório "A nova situação política brasileira" de Martinho Nobre de Mello a Oliveira Salazar, 23 de Outubro de 1937. AHDMNE 3P A11 M348 Pr 33,1 nº 102. P 2

por ora, "esclarecidos". Portanto, pela leitura da primeira edição oficial, há dias em posse dessa Secretaria de Estado, já Vossa Excelência terá tomado conhecimento do espírito e do conteúdo jurídico do novo Estatuto constitucional brasileiro. Não vou pois analisá-lo por meúdo ou sequer apontar as suas características essenciais. Limitar-me-ei a algumas reflexões a respeito e de preferência às que me sugere uma observação directa do ambiente em que se gerou, e em que está girando, o próprio acto discrecionário do Dr. Getulio Vargas.

Para se compreender cabalmente este acto (que a muitos parecerá absolutamente inesperado) é mister ter-se em vista a situação complexa anterior. O meu relatório Nº 102, de 23 de Outubro, expunha-a na sua integralidade. Numa síntese retrospectiva, podemos recapitular para ponto de partida das reflexões de hoje: o regimen democrático morrera com a decretação do estado de guerra dadas as excepcionalíssimas condições em que ela se efectuara ou seja pela intervenção brutal das fôrças armadas; a sucessão do regimen estava pois aberta. Quem se apresentava e aprestava para a receber de herança? Três concorrentes: o Exército, o Presidente Vargas e o Integralismo.

Daqui o golpe do Presidente Vargas. E daqui a sua Constituição. Mais uns dias e o Exército, já profundamente contaminado pelo Integralismo, ter-se-ia entendido directamente (sem a necessidade do intermediário Vargas...) com o Partido Integralista e uma nova ordem de coisas estaria implantada no Brasil tendo por eixo essa nova coligação de fôrças.

Foi o que compreendeu Getulio Vargas: aliás, era o que toda a gente estava compreendendo, sem esforço...

Que se fez, então? O golpe de Estado, logo, sem outra tentativa prévia de escamoteação do poder das mãos do Exército e de isolamento do Integralismo? Não! Primeiro veio a tentativa da: Defeza Social Brasileira. Que é isto? Gastemos poucas palavras: nas vésperas da sua queda o Ministro Macedo Soares, de acôrdo com o Presidente, inventou a Defeza Social Brasileira, organismo nacional, acima de todas as formações políticas, destinado a congregar todos os brasileiros para a defeza da Nação contra o Comunismo. O seu pessoal dirigente era notabilíssimo. Todos os ministros de Estado, vinte generais, quatorze almirantes, e inumeras pessoas de relevo, senadores, deputados, políticos de alto coturno, logo lhe deram uma ade-

Que soube disto o Exército? Parece que nem palavra. Que soube disto o Integralismo? Parece que o mesmo...Mas enfim,"o que está feito, está feito" ! Foi assim que explicou tudo, sumariamente, o próprio Ministro do Interior e da Justiça, o próprio Francisco de Campos. (Vid. Doc. Nº 4). Em verdade, pela célebre manhã de 10 de Novembro, o Dr. Getúlio Vargas reúne os seus ministros: apresenta-lhes o novo texto constitucional, não lhes dá tempo para respirar, argumenta que é o único meio de salvar o poder civil, por um lado, e, por outro, de evitar o advento do "fascismo" (integralismo). Todos concordam menos um: Odillon Braga, Ministro da Agricultura. (Entre parentesis: no próprio dia da promulgação da Constituição, o Ministro das Relações Exteriores dizia-me tratar-se do "Ministro da Viação" e...que o Poder Legislativo seria exercido por uma assembleia legislativa e um Conselho de Estado. (Conforme meu telegrama Nº 48, de 10 de Novembro corrente). Dois erros: o Ministro da Viação era o da Agricultura; o Conselho de Estado é, na Constituição, simplesmente o Conselho Federal! Isto dá uma ideia das condições em que os Ministros tomaram conhecimento do novo Estatuto Político).
Perante estes factos, não é difícil compreender-se agora muita coisa. Vamos ver.

A) Espírito da nova Constituição.

A nova Constituição adopta vários dos princípios propugnados pelos integralistas e especialmente a base política municipalista. Para o reconhecer, basta verificar a participação que terão as camaras municipais na formação do colégio eleitoral do Presidente da República (artº 82 alínea a)), da Camara dos Deputados (artº 47) e, indirectamente, do Conselho Federal (artº 50).

Por outro lado parece pretender organizar corporativamente toda a economia nacional (conf. artigos 57 e suas alíneas; 61, a) e h); 135 e seguintes; 140) o que era insistentemente advogado pelos integralistas.

Mas o verdadeiro espírito da nova Constituição é o seu presidencialismo-pessoalista. Trata-se dum estatuto constitucional que concentra todo o poder nas mãos dum só homem. Veja-se o que êle dispõe sobre a composição do Conselho Federal (artº 50), sobre a iniciativa das leis e resoluções (artº 64); sobre a natureza dessas leis e resoluções quando da iniciativa do Parlamento (artº 11); sobre o veto (artº 66); ainda o que preceitua sobre os presidentes do Conselho Federal e do Conselho da Economia

Nacional que serão dois Ministros nomeados pelo Presidente (artigos 56 e 59). Veja-se mais a faculdade atribuída ao Presidente em relação com a inconstitucionalidade das leis (artº 96, § único). Veja-se a disposição pela qual o Presidente indicará um dos candidatos à Presidência, (artº 76) (a) e isto sem que esteja vedada a reelegibilidade.

Não é tudo. Não somente todos os poderes ficam nas mãos duma só pessoa, nos termos da nova Constituição, como esta Constituição indica quem é essa pessoa: O Snr. Dr. Getúlio Vargas. Em verdade, o Snr. Dr. Getúlio Vargas tem, desde já, o seu mandato renovado por mais seis anos, é reelegível, e mesmo o plebiscito a que deverá ser submetida a sua Constituição é ele que o vai organizar na forma que entender.

Isto pôsto, já Vossa Excelência está concluindo que o Integralismo ficou sem esperanças e que o Exército se limitará a obedecer.

Em verdade, o Integralismo teve, desde logo, de publicar uma declaração segundo a qual deixa de ser... um partido político. (Doc. Nº 5).

Por outro lado, o Ministro da Guerra, sob pressão dos Chefes militares de maior pretígio, já teve de declarar que o golpe de Estado não é da responsabilidade do Exército. Por forma tímida ainda mas assaz clara. (Doc. Nº 6).

Nota muito interessante, a reter: Decretado, há tempos, como informei, o estado de guerra foi instituída uma comissão executiva desse estado de guerra, na qual, conforme também oportunamente noticiei, havia dois representantes: um da Marinha, outro do Exército, este o general Newton Cavalcanti. Quer dizer: o Exército exercia, através da referida comissão executiva, um poder indiscutível, quasi soberano. Pois bem, já se anuncia que, nos termos da nova Constituição (artº 166) deixará de existir estado de guerra e passará a vigorar o estado de emergência, a cargo, exclusivamente, do Presidente da República. (doc. Nº 7). Ainda se não deu esta modificação bem significativa; mas parece decidida, e, nesse caso, o predomínio do General Newton Cavalcanti e da sua facção militarista-integralista veria brevemente o seu triste declínio...

B) Como foi recebida a Constituição ?

Percorrem-se os jornais, ouvem-se os "mentideros" políticos, auscultam-se os meios intelectuais e que impressão se tira? Por ora, de pasmo. Nem entusiasmo nem indignação; uma abstenção geral de comentários, uma grande reserva! Os integralistas, que poderiam criar a atmosfera de alvo-

roço e de alegria, retraem-se. Os adversários, além de aterrorizados, estão de sentinela á vista: Os chamados "proceres" fugiram para a província; alguns, colhidos de surpresa no Rio, estão presos nas suas casas com menagem, nomeadamente o velho Artur Bernardes e Armando Salles de Oliveira. Impossível pois concertarem-se!

Uma nota bem expressiva: o velho Partido Republicano Paulista (de Washington Luiz e dos políticos que ha dois anos fizeram a revolução de São Paulo, em nome da Constituição e da democracia), acaba de aderir á nova Constituição (Doc. Nº 8). Duas palavras explicarão o que esta atitude tem de fantástico para um português. Esse partido é para o Brasil e para a República o que era, para Portugal, o antigo Partido Republicano Português (de Afonso Costa). Ou ainda: para a França, o actual Partido Radical-Socialista; quer dizer foi e continuava a dizer-se a própria armadura do regimen republicano democrático do Brasil! Suponha-se pois que, após o grito revolucionário de Gomes da Costa ou a promulgação da nossa Constituição autoritária e Corporativa, o partido de Afonso Costa lhe dava a sua adesão; ou que, após o triunfo de La Rocque, o partido de Chautemps e Herrriot adesivava sem mais aquelas! Eis o que aconteceu no Brasil com o P.R.P. !! Como se explica isto? Que significa isto? Primeiro, bem entendido, que a denominação de "carcomidos" que se havia dado aos P.R.P., e que tanto os irritava, era e é evidentemente muito justa: Tratava-se, acabam-o eles de provar á saciedade, de uma conglomeração de interesses pessoais sem nenhuma ideologia, sem princípios, e mesmo sem nenhum brio político. Segundamente, que "ódio velho não cança". Em verdade, como o golpe-Vargas acaba de enterrar Armando de Salles, os paulistas seus adversários dão-se por satisfeitos. E por último, que os políticos são sempre os políticos: de facto, na perspectiva duma possível ascensão ao poder do partido integralista, os perepistas preferiram a continuação, por qualquer processo, de Getulio Vargas. Com êste, esperam ainda vir a dominar em S. Paulo... É o que importa!

C) Possíveis reacções internas.

Estas vão ser muito difíceis. Dois papões estão e serão habilmente explorados: a) o comunista, b) o separatismo. Qualquer movimento, doravante, será facilmente taxado de comunista ou de separatista. E então, a pena de morte intervirá constitucionalissimamente! (artº II2, nº I3)

Isto, sem contar que será desde já decretado o estado de emergência, que faculta ao Presidente da República as medidas draconianas preceituadas pelo artigo 168 da Constituição. Uma rápida leitura dessas medidas mostra que toda a reacção, pelo menos por ora, é pouco menos de suicida.

E o Exército? Está êle unido? Está êle contente? Conquanto se fale de dissidências, por ora não se vê signal delas.

E o Integralismo? Por ora reservado, apoiando(?) a nova situação. Mas já proclamando que "O Brasil cristão quer nacionalismo espiritualista". (Doc. Nº 9). A bon entendeur...

D) Reacções no exterior-Suspensão do serviço das dívidas externas.

Este capítulo prende-se com duas ordens de factos. A primeira aine da ligada ao problema político em si. A segunda relacionada com os aspectos xenófobos da nova Constituição e do discurso complementar do Presidente da República.

I.a) Os Estados Unidos da América foram absolutamente surpreendidos com a criação do que eles chamam "mais um estado totalitário". Poucos dias antes do golpe de Estado, o Embaixador do Brasil Oswaldo Aranha havia discursado em Washington, aderindo ostensivamente (e, logo se disse aqui: numa monumental "gaffe"!) á política anti-fascista de Roosevelt, indo até ao ponto de condenar não já por conta própria mas em nome da Democracia brasileira, todos os regimens extremistas e autoritários nos quais englobava e irmanava os nacionalismos e o comunismo!

A proposito, o novo Embaixador americano no Brasil (chegado recentemente ao país e desconhecedor, em absoluto, da sua situação política, dos seus homens e processos...) conferenciara com o Dr. Getulio Vargas. Parece que saíra do Catete convencido não só de que a democracia continuava firme e sólida mas de que se realizariam as eleições presidenciais e umas outras tantas fantasias. Isto sabia-se, dizia-se, propalava-se. Varios colegas meus aliás mo confirmaram plenamente. Vem o golpe de Estado. O Embaixador americano dá mostras de surpresa e de abespinhamento. E confirma, pode dizer-se, tudo quanto se propalava, deixando de assistir á reunião colectiva do Corpo Diplomático no Itamaraty conforme oportunamente noticiei.

Que há ? Que vai seguir-se ? Oswaldo Aranha trata de compor as coisas... Agora informa Roosevelt e Cordell Hull de que... o fundo democrático do regimen brasileiro subsiste a despeito do novo estatuto autori

tário; de que, pelo menos, o novo regimen repele a denominação de "fascista". Por seu lado, Roosevelt e Cordell Hull declaram que a questão é de caracter "domestico" e que não é o caso de intervirem... Vão mais além; dizem que o golpe de Estado não importa adesão do Brasil ao pacto nipo-italo-germanico contra o comunismo, adesão que seria... contra a doutrina de Monroe. (Docs. N^{as} 10). Ficou-se nisto, por ora. Mas ninguem duvida de que Roosevelt e os países democraticos vão criar sérias dificuldades ao novo regimen...

2.a) A nova Constituição entendeu dever pronunciar-se xenofobamente acerca dos bancos de depósitos e companhias de seguros estrangeiros. Queira Vossa Excelência dignar-se de ler o seu artigo 145. Certo aí se diz que aos bancos e empresas de seguros actualmente autorizados se dará praso razoável para se transformarem. Mas, antes de mais, isto, numa constituição, não assume caracter de hostilidade? Por outro lado, estava sendo preparada há tempos uma legislação bancária muito razoável, para o que tinham sido ouvidos os representantes das empresas estrangeiras e aceites alguns dos seus alvitres. Diz-se já que essa legislação, em perspectiva, era muito branda. Que virá?

Mas há mais e mais grave. Grande parte do discurso complementar do Presidente Vargas, pronunciado na própria noite do golpe de Estado, girou em torno das dívidas externas... Nêle estava o anúncio claro dum reajustamento destas e do seu serviço, no qual aliás se vinha falando insistentemente desde a recente ~~lib~~liberação integral das cambiais resultantes da exportação do café, até agora ainda retidas pelo Banco do Brasil. Esta era a fonte para os pagamentos dos juros e amortizações das dívidas externas. Uma vez que ela se extinguia, cumpria rever a base, a forma, o conteúdo e os limites desses pagamentos. Eis o que se argumentava correntemente.

O discurso e mais atitudes do Snr. Presidente Vargas não nos deixam a esperança de se evitar a suspensão do referido serviço da dívida. Pretende-se uma nova redução substancial dos encargos externos: e, aqui, não se vê como obte-la senão á custa dos próprios estrangeiros...

O mais curioso é que esta medida, de todas as que já operou ou anuncia o ditador, é a única verdadeiramente popular! Por isso êle falou tanto dos encargos excessivos da dívida externa, na noite histórica...

Mas, não suscitará gerais protestos, no estrangeiro, um outro "esquema"... (palavra tão querida aqui) tendente a quási eliminar as dívidas ou

minimizar os seus encargos ? Suspeito muito que sim...

Estas reflexões justificam perante Vossa Excelência a minha atitude, desde o primeiro momento, aconselhando reservas quanto às semelhanças do espírito da nova constituição e situação brasileiras com o espírito das nossas.

O nosso estatuto político nada tem de pessoalista. A simples distribuição de poderes do nosso executivo entre duas entidades, o Chefe do Estado e o Chefe do Governo, logo nos distancia da organização presidencialista brasileira. Por outro lado, as nomeações de ministros para presidentes do Conselho Federal e do Conselho da Economia Nacional, na nova constituição deste país, revelam um espírito que nada tem que ver com o da nossa representação política ou profissional. Não vou continuar nos pormenores. Somente acrescentarei que no espírito da nossa situação política não há a menor restea de "jacobinismo" económico e financeiro que nos pudesse levar a renegar os nossos compromissos com os credores externos...

Algumas reflexões finais

Não quero terminar sem fazer estas últimas observações: Seja o que for que se deva pensar do personalismo, da ambição e do amor ao poder do Snr. Dr. Getulio Vargas, não se pode deixar de reconhecer a consumada perícia com a qual êle levou a cabo a sua empreza. Não estou mesmo longe de dizer: o patriotismo que, em parte, o terá inspirado, sabido que muitas vezes êste sentimento e o interesse pessoal coincidem.

É evidente que o Brasil precisava de sair da sua falsa democracia. Vivia-se num regimen de embustes, mais: de hipocrisia. O homem de estado, que rompeu definitivamente o encanto das "falsas ideias claras" no Brasil, pode com justiça marcar no seu activo um grande serviço á Nação.

Por outro lado não há negar que o separatismo levava vantagens, cada dia que transcorria. O futuro da "União" era um verdadeiro enigma... e já cada governador dispunha do seu Estado como dum feudo: pelo menos dada qual tinha a sua política. Isto, a ponto que o Governador da Bahia fazia uma política nitidamente comunizante!

Deste modo, dois golpes certos acabem de ser desferidos pelo Presidente Vargas: contra a demagogia, que se mascarava de governo do povo e era uma larga porta aberta ao comunismo; contra o regionalismo-separatista, que impossibilitava todo o plano de conjuncto, toda a visão ge-

ral, toda a política nacional. 10

O Snr. Dr. Getulio Vargas é evidentemente um homem inteligente e audacioso, e o que é mais: absolutamente liberto de preconceitos democráticos. Um grande caminho abre-se-lhe na frente. Sua Excelência não pode mais queixar-se dos obstáculos, das peias, das dificuldades que o regimen demo-liberal-separatista lhe alevantava a cada instante. Temos de abrir-lhe um largo crédito: é agora que Sua Excelência vai dar todas as suas provas, toda a medida do seu real valor como estadista. Não oculto que tenho por êste homem grande simpatia. Em muitos momentos apelei para a sua inteligência: sempre a sua inteligência compreendeu, viu e decidiu; isto, enquanto outros tergiversavam, nada resolviam, tudo demoravam e complicavam...

Se o Snr. Dr. Getulio Vargas conseguir resolver, sem violências inúteis e sem sacrifícios excessivos para quem acreditou no Brasil, o caso das dívidas externas, muito benévola deverá ser a expectativa com a qual teremos de acompanhar a sua difícilíssima experiência...

ANEXO VII . “ A nova situação política brasileira” ” AHDMNE 3P A11 M348 Pr 33,1 nº 102. Pp.10.

Fontes:

Arquivo Histórico e Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE): Brasil, Relações Internacionais-Brasil, Diplomacia – Brasil, Portugal década de 30.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT): Arquivo Oliveira Salazar e Arquivo SNI.

Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro (AHIRJ): História do Brasil, História de Portugal, Diplomacia- Portugal, Relações Internacionais- Portugal, Tratados – Portugal, Portugal década de 30.

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: bibliografia, monografias e colóquios.

Biblioteca do Conselho de Valongo: Bibliografia.

Biblioteca Municipal Mário de Andrade: Bibliografia.

Biblioteca do Centro Universitário Assunção (Unifai): Bibliografia.

Bibliografia e Webgrafia

AMARAL, Azevedo, (2002). *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Versão eBooksBrasil.com. At URL: <http://www.scribd.com/doc/15984556/Azevedo-Amaral-O-Estado-Autoritario-e-a-Realidade-Nacional>.

BRIGAGÃO, Clóvis (2006). *Política externa brasileira: da independência aos desafios do século XXI* – São Paulo: Moderna, Coleção polêmica.

CARONE, Edgard (s.d).. *A terceira república (1937-1945)*, Rio de Janeiro: Difel.

CERVI, Emerson Urizzi (2001). “As sete vidas do Populismo”. In Resenhas Revista de sociologia e política nº 17 Nov , pp 151-156.

FAUSTO, Boris (1999). “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce, (org.) */Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, pp. 17-20.

GOMES, Ângela de Castro (2008). “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas”. In PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco C.P. (org.). *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade do Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 85-115.

LOFF, Manuel (2008). *O nosso século é fascista: o mundo visto por Salazar e Franco(1936-1945)*, Campo das letras: Porto.

LEONARD, Yves (1998). “Salazarismo e Fascismo”- Sintra: Editorial Inquérito,1998. Cap: Autoritarismo, Corporativismo e Fascismo, pp 75-79.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (2008). “Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil” In PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco C.P. (org.). *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade do Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-85.

MOREIRA, Vital (1997). “O sistema jurídico constitucional do «Estado Novo»”. In MEDINA, João (Coord). *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa: Clube Internacional do Livro, Vol XII, pp 151-182.

MOURA, Gérson de Almeida (1983). “A revolução de 1930 e a Política externa brasileira: ruptura ou continuidade?” In [s.a] *A revolução de 30 : Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas*. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, pp. 573-596.

MOURA, Gérson de Almeida, (2002) *O fascismo Italiano e o Estado Novo Brasileiro*, Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, www.ngarcia.org. At URL: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/fascismoit.pdf>.

MUSIEDLAK, Didier (2008). “Conclusão”. In PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco C.P. (org.). *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade do Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 351-365.

OLIVEIRA, César (1990). “Ascensão e consolidação do Estado Novo” In REIS, António (Dir.). *Portugal Contemporâneo: (1926-1958)*,. Vol. IV. Lisboa, Alfa, pp. 11-32.

PACHECO, José Augusto (2008); CUNHA, Luis Antônio. “A presença da religião no currículo das escolas públicas portuguesas e brasileiras no período do « Estado Novo». In *Actas do VII Congresso LUSOBRASILEIRO de História da Educação*, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto), pp 5-21.

PAULO, Heloísa. (1997). *Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Dissertação de Doutoramento em História, Coimbra: FLUC.

PINTO, António Costa (2008). "O «Estado Novo» Português e a vaga Autoritária dos anos 30 do Século XX”, In PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco C.P. (org.). *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade do Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp23-51.

PINTO, António Costa (1994). *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Lisboa: Estampa.

REBELO, José (1998). *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*. Lisboa: Livros e leituras.

ROSAS, Fernando (1992). “Introdução” In Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques.(Dir.). Nova História de Portugal, vol. XII. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, ROSAS, Fernando (Coord.), Lisboa: Editorial Presença, pp 9-18.

ROSAS, Fernando (1994). “O Estado Novo nos anos 30” In José Mattoso (Dir) *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 243-299.

ROSAS, Fernando (1996) “ Estado Novo”. In ROSAS, Fernando e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. I. Portugal, Círculo de Leitores, pp. 315-319.

ROSAS, Fernando (1996) “Salazar, António de Oliveira” In ROSAS, Fernando e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. II. Portugal, Círculo de Leitores, pp. 861-876.

SEITENFUS, Ricardo (1983). “O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942” In [s.a.], *A revolução de 30 : Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas*. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, pp. 623-643.

SILVA, Giselda Brito (2008). “Ação integralista brasileira e a Ditadura de Vargas.” In PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco C.P. (org.). *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade do Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 109-140 .

SKIDMORE, Thomas (1976). *Brasil: de Getúlio a Castelo*, tradução portuguesa Ismênia Tunes Dantas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires (1993). *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Global.